



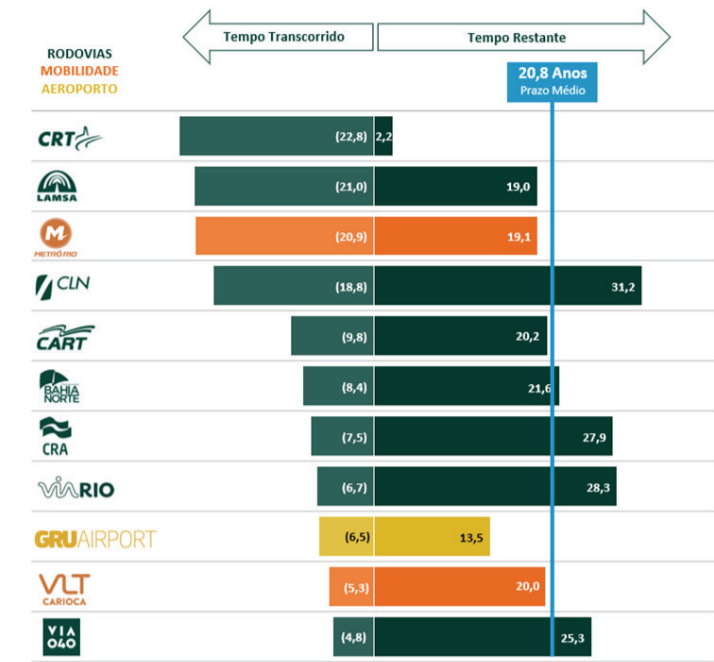
**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018**

**A COMPANHIA**

**Apresentação da Companhia**

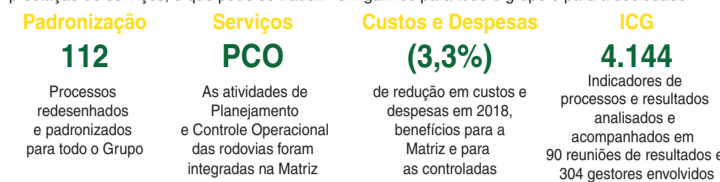
A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte do país e da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de mais de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

**Prazo remanescente por concessão e prazo médio do portfólio**



**ESTRUTURAR**

A partir da estruturação de atividades na figura da Matriz, a Invepar obteve em 2018 expressiva redução de custos, avanços em tecnologia e padronização de processos que impactaram em excelência na prestação de serviços, o que pôde se traduzir em ganhos para todo o grupo e para a sociedade.



**RECORDE**

No último ano, a Companhia registrou recorde histórico de passageiros em GRU Airport. O resultado de Movimento de Aeronaves e Cargas também apresentaram crescimento expressivo, consolidando GRU Airport como principal aeroporto do país e um dos mais relevantes hubs da América Latina.



**RECONHECIMENTO**

As Companhias aéreas elegeram o GRU Airport como o aeroporto que melhor desenvolve a inauguração e a expansão de rotas nas Américas. Este é um dos mais prestigiados prêmios da indústria da aviação. Durante o 12º *Routes Americas Marketing Awards*, foram destacados os 13 novos voos que ligam o maior aeroporto do Brasil a 11 cidades, por sete companhias diferentes. Entre os destinos estão Assunção, Buenos Aires, Quito, Santiago, Curaçao e Tucuman, na América Latina; Las Vegas e Boston, nos EUA; as europeias Lisboa e Roma, e Tel Aviv, no Oriente Médio – o que faz de São Paulo a única cidade da América Latina a dispor dessa rota direta com a cidade israelense.



**Perspectivas e Planos**

A forma de administrar os negócios foi reestruturada e os investimentos necessários para condução das atividades estão em fase avançada de conclusão, o que pode ser verificado pela redução expressiva do CAPEX nos últimos anos. Desta forma, tem início um novo momento para a Companhia, que permitirá a ampliação do EBITDA, uma das bases para sua reestruturação de capital, trazendo a liquidez necessária para desalavancar os negócios e colher os frutos dos investimentos executados e da plataforma formada. No âmbito institucional, espera-se as melhores soluções nos pleitos de relicitação da Via O40 e reequilíbrio econômico-financeiro em outros ativos, ancorados pela perspectiva de crescimento na demanda nos setores de atuação da Companhia.

**SUSTENTABILIDADE**

**Gestão**

Nos últimos anos, a Companhia consolidou e redesenhou processos e atividades, monitorou de perto indicadores e metas de desempenho estabelecendo uma plataforma única de prestação de serviços e gestão de ativos de infraestrutura.



Importante destacar a implementação do conceito de gestão de ativos para rodovias e mobilidade urbana. Em rodovias, o Centro de Gestão de Frotas da Invepar, inaugurado em março de 2017, que é responsável por aproximadamente 700 veículos, máquinas e equipamentos e cerca de 1.300 condutores, realizou a padronização dos processos de aquisição, manutenção e gestão da frota, além do desenvolvimento das especificações dos equipamentos. Essa iniciativa já trouxe importantes ganhos em segurança, eficiência e meio ambiente. Resultado disso foi que o Grupo Invepar conquistou o primeiro lugar no ranking "The 100 Best Fleets Latin America", sendo eleito o melhor modelo de gestão de frota da América Latina em 2018.



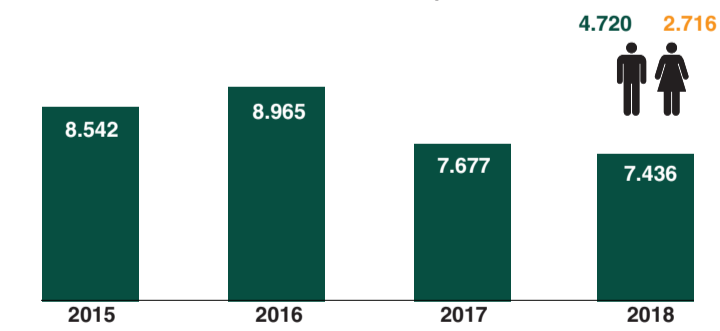
Já em mobilidade urbana, a prestação de serviços para a linha 4 do ramal metrôviário da cidade do Rio de Janeiro através da MetrôBarra trouxe grandes desafios para o grupo. Através de um grande projeto de reestruturação operacional, foi possível entregar uma operação mais eficiente, segura e a custos reduzidos.

A área de Engenharia da Invepar também conseguiu importantes avanços com o novo modelo de gestão do Grupo. Através da implementação da cultura de engenharia proprietária em 2017, a matriz passou a executar e planejar projetos com visão de dono, o que trouxe expertise, conhecimento, tecnologia e inovação. Um dos maiores ganhos foi o desenvolvimento interno dos projetos, o que fez com que os modelos de contratação de cada serviço fossem os mais pertinentes para as necessidades do Grupo, trazendo sinergia e eficiência em custos. O alto nível de detalhamento desenhado para cada projeto trouxe também mais segurança nas operações. Além disso, a Engenharia da Matriz passou a agregar também a área de meio ambiente, responsável pelo licenciamento ambiental entre outras ações. Tal mudança fez com que todos os projetos passassem a ser desenhados com as premissas ambientais desde a fase inicial.

**Pessoas, Saúde e Segurança**

**Pessoas**

**Colaboradores Próprios**



A reestruturação das atividades de suporte na figura da Matriz permitiu avanços importantes na gestão dos negócios do Grupo. Em agosto de 2018, foi concluída a transição das atividades de Planejamento e Controle Operacionais - PCO para a Matriz. Foram assumidos principalmente as demandas relacionadas a dados e relatórios operacionais, questões regulatórias e anuência de cargas especiais.



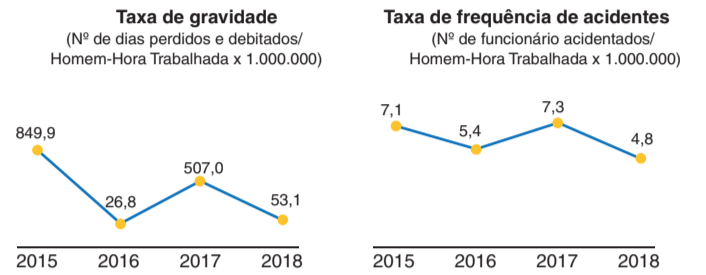
Os ganhos de sinergia alcançados com nova plataforma de negócios permitiram à Companhia adequar sua estrutura organizacional. A Invepar segue, portanto, com o desenvolvimento contínuo de seu pessoal, um dos mais importantes pilares para o crescimento sólido e para a sustentabilidade dos negócios, buscando formar lideranças para projetos futuros. Neste sentido, em 2018 foram realizadas três Oficinas de Feedback e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), com orientações para as lideranças, de coordenadores a diretores, para condução de feedbacks e desenvolvimento da equipe. Ao longo de 2018 também foram concluídas novas turmas de formação de pessoal operacional para atendimento da demanda das empresas do Grupo.



Após a reestruturação, as Campanhas Corporativas voltadas para saúde e bem-estar dos colaboradores passaram a ser desenvolvidas pela Matriz e compartilhadas para o Grupo. Em 2018, foram realizadas diversas ações voltadas para a prevenção, conscientização e cuidados com a saúde, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul.



No quesito segurança a Companhia continua focada na redução e prevenção de acidentes, promovendo treinamento e instruções práticas e teóricas.



**Programa SIPAT – Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho: Encontros periódicos para instruir colaboradores e disseminar a cultura preventiva**



**Ética e Compliance**

Ao longo dos últimos anos, a Invepar estruturou um Programa de Compliance pautado em um robusto Código de Ética e Conduta e em políticas e procedimentos diversos que se aplicam a toda a Companhia e Stakeholders. Este Programa passou por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. Em 2018, a Companhia consolidou a Cultura de Compliance junto aos funcionários e Stakeholders, que são periodicamente treinados e instruídos sobre as melhores práticas nas relações comerciais, jurídicas, regulatórias e em outros temas. Esta maturidade do Programa permite também o adequado monitoramento e gestão dos riscos. Alinhada com o direcionamento estratégico de seus negócios, a Companhia inicia 2019 buscando alta performance em Compliance, com reconhecimento em suas capacidades, atividades e cultura, materializando os benefícios gerados para todas as organizações envolvidas.



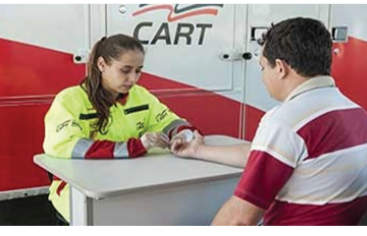
**Relacionamento com a Sociedade**

Os negócios da Companhia influenciam diretamente na sociedade, seja pela prestação de serviços de transporte, pela recuperação e manutenção de estradas e vias urbanas ou pela gestão do maior aeroporto do país. As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo Invepar atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. Além disso, por meio do Instituto Invepar, são feitos investimentos de caráter social nas áreas de esporte, meio ambiente, cultura e educação. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar.

**Programa Acorda Motorista** Realizado em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, busca orientar motoristas sobre a importância do descanso regular, da qualidade do sono e da segurança viária para prevenção de acidentes, principalmente colisão traseira.



**Ações para Pedestres** Conscientiza pedestres sobre a importância da travessia em local seguro, com a utilização de passarela. Na CART, por meio de experiência com óculos de realidade virtual com vídeos exibidos em 360 graus, foi possível simular situações que se repetem todos os dias no trânsito e que colocam as vidas de muitas pessoas em risco.



**Projeto Saúde e Cidadania** Busca orientar a população das cidades no entorno das rodovias administradas pela Companhia acerca dos cuidados com a saúde e prevenção de doenças. Ao longo de todo ano, as bases de SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário) realizaram testes gratuitos de saúde, como a aferição da pressão arterial e índice glicêmico.



O GRU Airport é um dos principais hubs da América Latina e bateu recorde de passageiros em 2018, com 42 milhões de PAX.



O Aeroporto Internacional de São Paulo (GRU Airport), o principal do Brasil, onde circulam os maiores fluxos de passageiros e cargas, faz parte do portfólio da Companhia.



Atuante no transporte de passageiros sobre trilhos, a Companhia concentra seus ativos de Mobilidade Urbana na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a sua controlada MetrôRio, que possui a concessão das linhas 1 e 2 do sistema de metrô. A MetrôBarra presta os serviços necessários para operação e manutenção da linha 4 do ramal metrôviário, o que faz da Companhia um dos maiores operadores privados neste segmento



O diferencial das rodovias Invepar é a dispersão geográfica, com atuação nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país

As rodovias Invepar estão presentes em 6 Estados: SP, RJ, MG, GO, BA e PE

Uma das maiores operadoras rodoviárias do país: São 2.337 Km divididos em 8 concessões rodoviárias, incluindo 2 vias urbanas, a LAMSA e a Via Rio, ambas na cidade do Rio de Janeiro

Apesar dos desafios enfrentados, a Invepar encerrou mais um ano com bom desempenho em seus negócios, apoiado por uma nova forma de gestão da sua plataforma de ativos

No ambiente nacional, passamos por momentos de incertezas econômicas, políticas e sociais, delongando ainda mais a retomada do crescimento. Em escala regional, a crise econômico-financeira vivenciada pela cidade e estado do Rio de Janeiro segue afetando a demanda nos modais de transporte operados pela Companhia. Além disso, em 2018 o país vivenciou um dos maiores crises setoriais dos últimos anos, a greve dos caminhoneiros, que atingiu as concessões rodoviárias privadas e outras esferas econômicas e sociais. Contudo, atingimos nosso propósito de consolidação de um modelo de gestão de negócios que deu certo, trazendo eficiência em custos e excelência em prestação de serviços. A Invepar, na figura da Matriz, formou uma plataforma onde estão concentrados os serviços de gestão e condução dos negócios, criando sinergias e compartilhando o que há de melhor entre todos os seus ativos. Os resultados desta nova plataforma de negócios estão registrados nos recordes operacionais, como os de GRU Airport, em um crescimento expressivo do EBITDA Ajustado do Grupo e nos prêmios e reconhecimentos conquistados pela Companhia. Em 2019 continuaremos conduzindo nossos negócios de forma estruturada, com excelência e expertise únicas, proporcionando as bases que precisamos para seguir ampliando o EBITDA e sanar os desafios que ainda nos restam, como a melhor solução de liquidez para a Companhia. No âmbito regulatório, aguardamos desfechos favoráveis em questões relevantes junto ao poder concedente, incluindo os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

**Destaque do Ano**  
Em 2018, a Invepar se consolidou como uma plataforma estruturada de gestão dos negócios, tendo como resultados os recordes operacionais, como os verificados em GRU Airport, e avanços de mais de 2 dígitos no EBITDA. Tudo isso com excelência em prestação de serviços, confirmada pelos resultados nas pesquisas de satisfação dos usuários, e com a ética e comprometimento que o mercado exige e reconhece.

**GIRO** O cartão GIRO, lançado em novembro de 2018, oferece uma série de vantagens para os usuários do MetrôRio. O passageiro pode realizar recargas online utilizando cartões de crédito ou débito bancário. Por meio do cadastro online, é possível realizar a transferência de saldo de recarga em caso de perda ou extravio. O GIRO também oferece acesso a uma série de vantagens exclusivas, como promoções e descontos junto aos parceiros do MetrôRio.



**MELHORES PRÁTICAS**

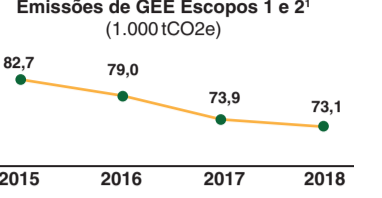
Com comprometimento, ética e transparência na condução dos negócios, chancelado pelo prêmio Ética nos Negócios, entregue à Companhia pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios em 29 de novembro de 2018, a Invepar encerrou mais um ano de desafios e conquistas. Desde 2010, o Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios busca reconhecer e valorizar as empresas que se destacaram por sua atuação responsável.





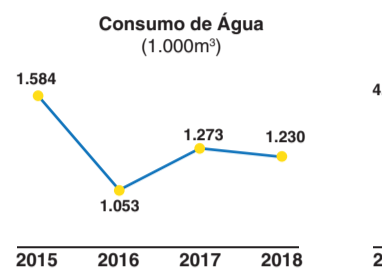
O Grupo Invepar também apoia diversos projetos e ações sociais por meio de Organizações Não Governamentais. A ONG Favela Mundo, oferece atividades diversas para crianças e adolescentes durante o contraturno escolar e no período de férias, como oficinas de dança, teatro e música. Também são promovidos cursos profissionalizantes para jovens e adultos. A ONG tem em seu currículo o reconhecimento de "Modelo de Inclusão Social nas Grandes Cidades", concedido pela ONU em 2014, no World Cities Day, em Nova York.

**Meio Ambiente**



Escopo 1: emissões diretas provenientes da atividade, que ocorrem em fontes cuja propriedade ou controle são da empresa inventariante. Escopo 2: emissões indiretas causadas pelo consumo de energia elétrica ou térmica adquirida.

Este acompanhamento sistemático e as iniciativas existentes visando a redução do consumo de energia, emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), consumo consciente de água e outras vem contribuindo para consolidar a plataforma de negócios Invepar, com excelência e expertise em todos os temas relacionados à infraestrutura dos transportes.



O Grupo Invepar também promove iniciativas voltadas para o meio ambiente, como o reflorestamento de mata nativa e adequação de passagens de fauna nas rodovias. Em 2018 também foi iniciado o projeto de substituição de lâmpadas comuns por luminárias a LED nas rodovias, visando diminuir o consumo de energia além de outros benefícios ambientais como redução da emissão de gás carbônico (CO2) e gases causadores do efeito estufa.



**ESTRATÉGIA**

**Liquidez**  
Ao longo do último ano, a Invepar se consolidou como uma plataforma eficiente na gestão de ativos de infraestrutura de transportes, com amplo crescimento de EBITDA e potencial para crescer ainda mais, dada a capacidade instalada de seus ativos. A Companhia firma agora as bases para buscar a solução de liquidez adequada para seus negócios e compatível com a potencial geração de valor de seus ativos.

**Governança**

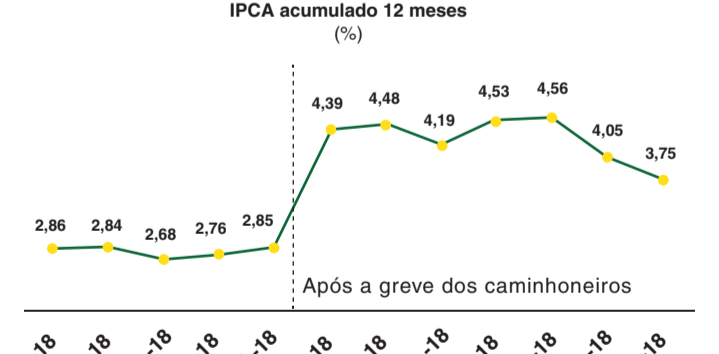


Considerados um dos pilares da gestão da Companhia, a Invepar sempre buscou as melhores referências em boas práticas em Governança Corporativa, muitas delas já internalizadas pela Companhia. Alinhada com a reestruturação de capital e com as perspectivas de crescimento dos setores em que atua, a Companhia buscará se aproximar do mais alto padrão de Governança Corporativa dos mercados em que atua.

- A Invepar possui uma Diretoria exclusiva de Compliance e Riscos
- O Código de Ética e Conduta está disponível no site da Companhia
- Diversas políticas e regimentos internos foram elaborados e colocados à disposição dos funcionários e stakeholders
- A Companhia conta 4 comitês de assessoramento, incluindo o comitê de Auditoria Interna
- O mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria é de no máximo 2 anos, sendo permitida a reeleição
- Divulgação no Formulário de Referência da menor, maior e da remuneração média de cada órgão da administração
- A resolução de conflitos é por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado
- Alienação direta ou indireta do controle: o alienante deverá realizar OPA para assegurar tratamento igualitário a todos os acionistas

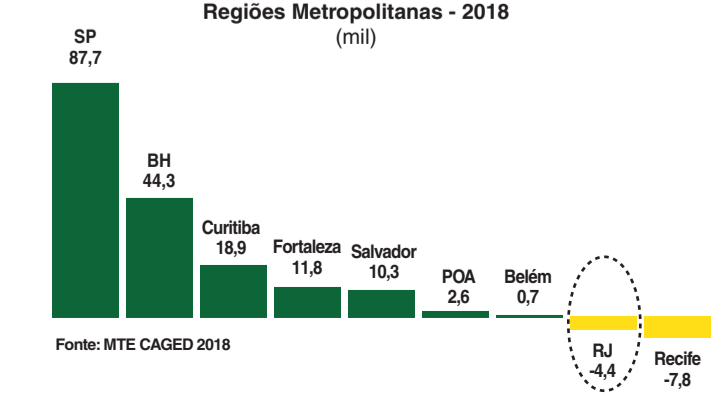
**DESEMPENHO**

**Contexto Mercado**  
Em 2018, a economia do país performou abaixo das expectativas de mercado, confirmando ritmo mais lento de retomada do crescimento. Os efeitos da greve dos caminhoneiros sobre o nível de atividade, as incertezas políticas e a não implementação das reformas necessárias, sobretudo as relacionadas às questões da previdência e a fiscal, influenciaram diretamente neste resultado. Projeções do Banco Mundial (através de uma de suas instituições BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) de meados de 2018 apontavam uma expansão de 2,4% no PIB de 2018. Ao final do ano, projeções da mesma instituição cortaram pela metade as estimativas de crescimento, para 1,2%, configurando uma das maiores reduções de projeção para os países monitorados. Para 2019 a tendência é a mesma: segundo relatório do BIRD, pressupondo-se que reformas fiscais sejam rapidamente implementadas e que a recuperação do consumo e investimento supere os cortes nas despesas públicas, a expectativa de PIB do Brasil é de crescimento de 2,2%, inferior aos 2,5% verificados anteriormente.

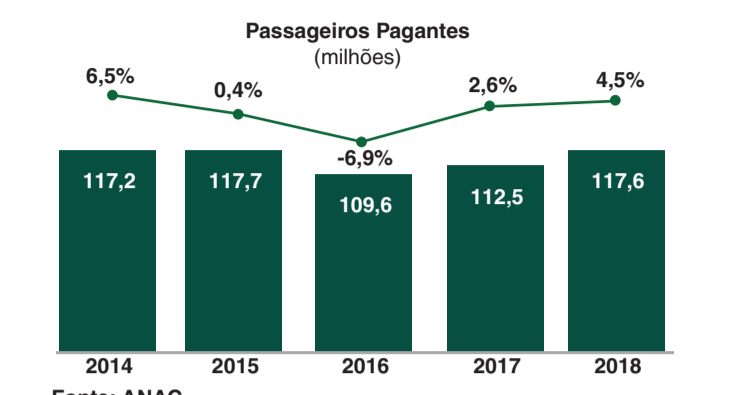


No cenário doméstico, verificamos ao longo de 2018 elevada volatilidade nos indicadores de atividade e de inflação, sendo este efeito explicado, em grande medida, pela paralisação dos caminhoneiros ao final de maio. O IPCA acumulado 12 meses apresentava, antes da greve, 2,9%. Logo após o ocorrido, verificou-se aumento, passando para 4,4%. Devido à instabilidade e incertezas enfrentadas no último ano, o nível de atividade da indústria foi mais fraco, com baixa utilização da capacidade, cerca 77,5% segundo dados da Confederação Nacional das Indústrias – CNI. A greve dos caminhoneiros também trouxe impactos negativos para o setor de serviços. Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE apontam recuo de 0,1% no volume de serviços em 2018 comparado ao ano anterior. As concessões rodoviárias sofreram diretamente os impactos da greve dos caminhoneiros, com redução no tráfego, além da suspensão da cobrança da tarifa de pedágio para eixos suspensos, tema de equilíbrio contratual junto ao poder concedente.

O mercado de trabalho segue duramente afetado pela lenta retomada econômica. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE apontam que ao final de 2018 a taxa de desocupação da população seguiu alta, acima de dois dígitos, registrando 11,6% contra 11,8% em 2017 e 12,0% em 2016. Ainda sobre o nível de emprego, destacamos a crise enfrentada pela cidade do Rio de Janeiro. Dados do CAGED para o município apontam resultado negativo, com o número de desligamentos superando em cerca de 4,4 mil. No mesmo período, o resultado nacional foi positivo em 529,6 mil. Cabe destacar que, nos ativos de mobilidade urbana, a maior parte do fluxo de passageiro é contabilizada pelo deslocamento de trabalhadores. Os níveis de desemprego ainda elevados e lenta recuperação, especialmente na análise por regiões, apontam para uma situação difícil no mercado de trabalho.



Apesar da lenta retomada econômica, dados da ANAC indicam que em aeroportos, o tráfego de passageiros apresentou crescimento de 4,5%, retomando o patamar de R\$ 117,6 milhões de Passageiros Pagantes. Algumas medidas tomadas pelas companhias aéreas, como o aumento da oferta de assentos e a criação de novas rotas domésticas e internacionais contribuíram para este resultado. O volume de cargas também aumentou no segmento aeroportuário, registrando expansão de 12,8% em relação a 2017. Novos fluxos de origem e destino e o aumento da capacidade em aeronaves contribuíram para este fato.



Fonte: ANAC

Além das questões domésticas, também pesam sobre o país (e sobre os mercados emergentes) a pressão no mercado financeiro global, influenciada pela elevação dos juros nos EUA, as tensões no comércio internacional, especialmente entre EUA e China, além das incertezas acerca do Brexit. Contudo, as indicações do governo acerca da adoção de uma agenda econômica liberal e comprometida com o ajuste das contas públicas, podem atender fatores externos e dar mais corpo à retomada da atividade econômica. No âmbito regulatório, o apontamento é para uma extensa lista de privatizações para, segundo o governo, liberar o orçamento para investimento em prioridades da gestão. Na pauta de concessões à iniciativa privada estão, pelo menos, 10 mil quilômetros de rodovias, contando com a renovação de 4 mil quilômetros de concessões já existentes, 12 aeroportos, além de concessões ferroviárias. Também estão na pauta do Governo as tratativas para resolução de questões em concessões já existentes, como as relacionadas aos pedidos de relicitação, sancionados pela lei nº 13.449/2017, e ao restabelecimento de condições econômico-financeira de contratos durante afetados pela deterioração das condições macroeconômicas verificadas nos últimos anos, pela lenta retomada no nível de atividade e por outros acontecimentos.

Na tabela a seguir estão os principais índices e indicadores de atividade, emprego, inflação e juros que auxiliaram no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Indicadores	2018	2017	Δ
ÍPCA Final do Período	3,75%	2,95%	27,1%
Dólar Final do Período	R\$ 3,87	R\$ 3,31	16,9%
CDI Final do Período	6,42%	9,93%	-35,3%
TJLP Final do Período	6,98%	7,00%	-0,3%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,72%	7,13%	-5,8%
TR Final do Período	0,0%	0,0%	-
TR Média Últimos 12 meses	0,0%	0,0%	-
Taxa de Desemprego - Brasil	11,6%	11,8%	-1,7%
Taxa de Desemprego - Rio de Janeiro	15,1%	15,2%	-0,7%
Índice ABCR - Brasil	1.787,2	1.822,2	-1,9%
Utilização da capacidade instalada dessazonalizada	77,5%	77,6%	-0,1%
Pesquisa Mensal de Serviços - PMS - IBGE <sup>1</sup>	96,6	96,8	-0,1%

**Resultados Operacionais**

Indicadores Operacionais (Mil)	4T18	4T17	Δ	2018	2017	Δ
<b>Aeroportos</b>						
Passageiros Total	11.029	9.948	10,9%	42.232	37.766	11,8%
Movimento total de Aeronaves (Mil)	75.590	70.316	7,5%	293.918	267.827	9,7%
Carga Total (Mil toneladas)	78.651	75.735	3,9%	308.891	287.226	7,5%
<b>Rodovias</b>						
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	61.758	61.034	1,2%	235.729	236.276	-0,2%
<b>Mobilidade Urbana</b>						
Passageiros Pagantes	57.273	55.724	2,8%	230.445	227.644	1,2%

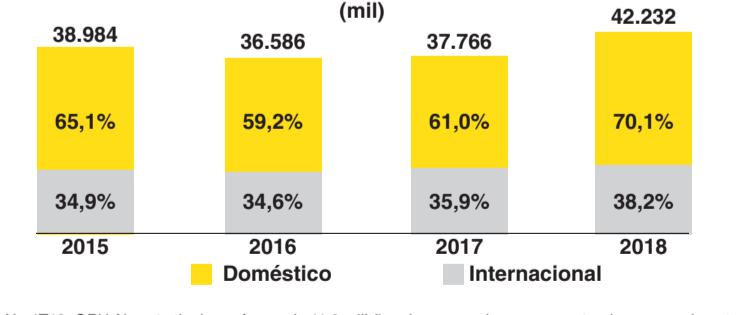
A Companhia encerrou 2018 com resultados recorde no segmento de Aeroportos. GRU Airport alcançou a marca de 42 milhões de passageiros, 11,8% acima do registrado em 2017. Os resultados de Movimento de Aeronaves e Carga também tiveram crescimento expressivos, de 9,7% e 7,5% respectivamente. No segmento de Rodovias, os efeitos da greve dos caminhoneiros e da suspensão da cobrança de pedágio para eixos suspensos trouxeram impactos negativos, de cerca de 2%, no resultado consolidado de VEPs, que fechou o ano 0,2% abaixo do verificado em 2017. Ainda assim, as rodovias Invepar performaram acima do Índice ABCR, que apontou desempenho do tráfego nas rodovias pedagiadas do país em 2018 1,9% abaixo do verificado em 2017. Em Mobilidade Urbana, o número de passageiros pagantes cresceu na comparação entre os anos, ficando 1,2% acima do auferido em 2017. Este desempenho é explicado pelo *ramp up* das operações do VLT Carioca e pelo crescente número de passageiros na Linha 4 do Metrô, operação também recente, iniciada em 2016. As Linhas 1 e 2 do MetrôRio seguem duramente afetadas pelos altos índices de desemprego da região metropolitana do Rio de Janeiro. A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

**AEROPORTO**

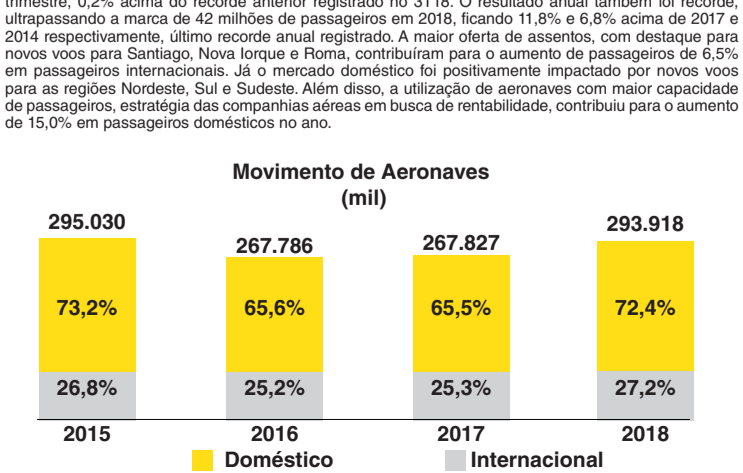
- GRU AIRPORT
- ✓ Maior aeroporto do Brasil e um dos principais da América Latina
- ✓ Recorde de Passageiros em 2018: 42 milhões de PAX
- ✓ 3 Terminais em operação: capacidade atual para 50 milhões PAX
- ✓ Localização estratégica: 25 km da cidade de São Paulo
- ✓ Pousos e decolagens simultâneos
- ✓ Potencial expansão das receitas não-tarifárias
- ✓ O Terminal de Cargas (Teca) atingiu 42% do market share em 2018

GRU Airport registrou recordes históricos: foram 42,2 milhões de passageiros e 308,9 mil toneladas de cargas. Além dos recordes históricos, o ano de 2018 trouxe outros ganhos para o aeroporto como a inauguração de espaços comerciais expandindo as opções de gastronomia e lazer, ampliação de conexões com o Brasil e com o mundo. Desde que assumiu a concessão do aeroporto internacional de São Paulo, a Companhia realizou investimentos, incluindo a construção de um novo terminal, o T3, que ampliam a capacidade do aeroporto, consolidando-o como o principal do país, tanto em passageiros quanto em cargas aeroportuárias. GRU Airport é também um dos principais hubs da América Latina, com o maior fluxo de passageiros da América do Sul. Em linha com o compromisso de GRU Airport de aumentar a produtividade e eficiência operacional, teve início em dezembro de 2018 o Projeto Agile GRU, que permite pousos e decolagens simultâneos em períodos em que as condições meteorológicas estiverem favoráveis. Esse procedimento traz maior eficiência no gerenciamento do tráfego aéreo, reduzindo o tempo de espera das aeronaves tanto para decolar quanto para pousar. Resultado disso é um aumento na capacidade do aeroporto de 52 para 54 movimentos por hora. Também foram construídas 4 novas pontes no Terminal 2, promovendo maior celeridade no embarque e desembarque de passageiros. Além do esforço para melhora do desempenho operacional, GRU Airport tem se movimentado para trazer mais benefícios e conforto aos passageiros e demais clientes, gerando também aumento de receitas não tarifárias. As principais conquistas atingidas foram: implementação de 2 novos hangares para manutenção de aeronaves, aumento da área disponível para varejo e alimentação, criação da prestação de serviço direto de TI para cessionários e novos contratos com empresas de transporte por aplicativos e o início dos serviços *Premium da Sala Vip* sendo realizados diretamente por GRU.

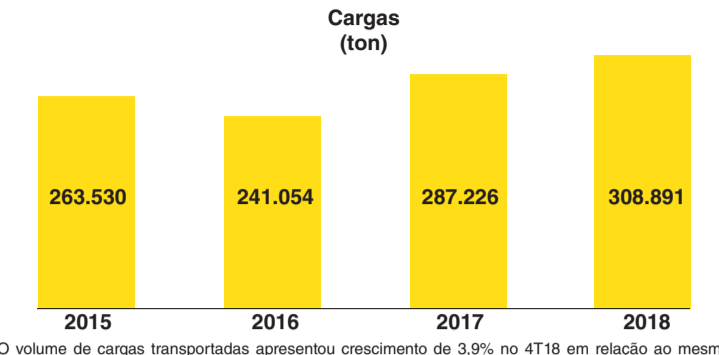
Indicadores Operacionais	4T18	4T17	Δ	2018	2017	Δ
<b>Aeroporto</b>						
Passageiros Total (Mil)	11.029	9.948	10,9%	42.232	37.766	11,8%
Internacional	3.734	3.549	5,2%	14.888	13.980	6,5%
Doméstico	7.295	6.399	14,0%	27.344	23.786	15,0%
Movimento total de Aeronaves	75.590	70.316	7,5%	293.918	267.827	9,7%
Internacional	20.496	19.330	6,0%	80.214	74.519	7,6%
Doméstico	55.094	50.986	8,1%	213.704	193.308	10,6%
Carga Total (Toneladas)	78.651	75.735	3,9%	308.891	287.226	7,5%



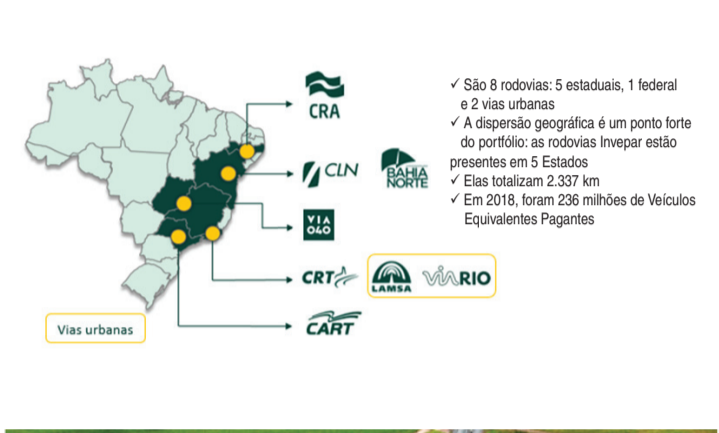
No 4T18, GRU Airport atingiu o número de 11,0 milhões de passageiros, representando um crescimento de 10,9% em relação ao mesmo período de 2017 e registrando um recorde do aeroporto para um trimestre, 0,2% acima do recorde anterior registrado no 3T18. O resultado anual também foi recorde, ultrapassando a marca de 42 milhões de passageiros em 2018, ficando 11,8% e 6,8% acima de 2017 e 2014 respectivamente, último recorde anual registrado. A maior oferta de assentos, com destaque para novos voos para Santiago, Nova Iorque e Roma, contribuíram para o aumento de passageiros de 6,5% em passageiros internacionais. Já o mercado doméstico foi positivamente impactado por novos voos para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Além disso, a utilização de aeronaves com maior capacidade de passageiros, estratégia das companhias aéreas em busca de rentabilidade, contribuiu para o aumento de 15,0% em passageiros domésticos no ano.



Alinhado com o maior número de passageiros transportados, o Movimento Total de Aeronaves (MTA) apresentou um crescimento de 7,5% no 4T18 em relação ao 4T17. No ano de 2018 observa-se um aumento de 9,7% frente ao mesmo período de 2017. Esse aumento é, principalmente, reflexo de voos extras das companhias aéreas para atender a maior demanda do período, além de novas rotas internacionais e nacionais.

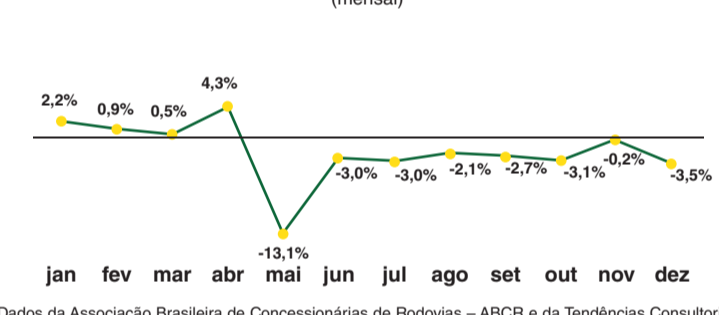


O volume de cargas transportadas apresentou crescimento de 3,9% no 4T18 em relação ao mesmo período do ano anterior e de 7,5% em 2018 em relação a 2017. Esses resultados podem ser explicados, em grande medida pelo aumento da carga nacionalizada em GRU, principalmente dos segmentos fârmaco e automotivo, pelas novas frequências cargueiras das companhias aéreas Turkish e Qatar, por maior volume de exportação de produtos brasileiros e, ainda, pela migração de parte das operações de clientes que também operam em outros aeroportos.



No RJ, são 3 rodovias incluindo 2 vias urbanas, a LAMSA e a Via Rio. A Via O40, rodovia federal, passa por 2 Estados, MG e GO, totalizando 937 km. No Nordeste, as rodovias Invepar conectam o interior dos Estados da BA e PE às regiões litorâneas, incluindo os portos de Aratu e Suape. Em SP o corredor Raposo Tavares faz a ligação das regiões agrícolas do Centro-Oeste com o Sul do Brasil. As rodovias do portfólio Invepar registraram 235,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2018, redução de 0,2% em relação ao ano anterior. A greve dos caminhoneiros e a isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos impactaram negativamente, cerca de 2%, neste resultado. A questão dos eixos suspensos é tema de equilíbrio contratual junto ao poder concedente.

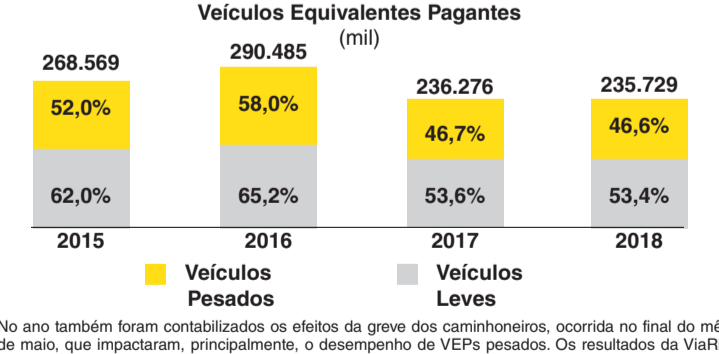
**Índice ABCR Brasil**



Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam queda de 13,1% no tráfego pelas rodovias durante o mês da greve dos caminhoneiros. De acordo com a ABCR, o desempenho do fluxo de veículos foi prejudicado pelos choques negativos que afetaram a economia no ano de 2018, com a indefinição política causada pelas eleições, a greve dos caminhoneiros e pela conjuntura internacional menos favorável às economias emergentes.

Indicadores Operacionais	4T18	4T17	Δ	2018	2017	Δ
<b>Rodovias</b>						
<b>Rodovias (Mil)</b>						
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	61.758	61.034	1,2%	235.729	236.276	-0,2%
Veículos leves	33.316	32.746	1,7%	125.800	126.238	-0,3%
Veículos pesados	28.442	28.288	0,5%	109.929	110.038	-0,1%
<b>LAMSA</b>						
Veículos leves	10.391	11.081	-6,2%	40.820	43.835	-6,9%
Veículos pesados	9.518	10.133	-6,1%	37.353	40.005	-6,6%
<b>CLN</b>						
Veículos leves	872	948	-8,0%	3.467	3.830	-9,5%
Veículos pesados	2.122	2.036	4,2%	7.698	7.529	2,3%
<b>CLN</b>						
Veículos leves	1.814	1.733	4,7%	6.570	6.332	3,7%
Veículos pesados	308	304	1,3%	1.129	1.196	-5,7%
<b>CART</b>						
Veículos leves	12.751	12.747	0,0%	48.597	49.529	-1,9%
Veículos pesados	4.433	4.321	2,6%	16.061	16.138	-0,5%
<b>CRT</b>						
Veículos leves	8.319	8.426	-1,3%	32.536	33.391	-2,6%
Veículos pesados	3.720	3.744	-0,6%	14.287	15.447	-1,8%
<b>CRT</b>						
Veículos leves	1.705	1.744	-2,2%	6.570	6.843	-4,0%
Veículos pesados	2.016	2.000	0,8%	7.718	7.704	0,2%
<b>CBN</b>						
Veículos leves	8.218	8.336	-1,4%	31.741	32.209	-1,4%
Veículos pesados	4.743	4.646	2,1%	18.092	18.149	-0,3%
<b>CRA</b>						
Veículos leves	3.475	3.690	-5,8%	13.649	14.059	-2,9%
Veículos pesados	1.755	1.936	-9,4%	6.829	7.097	-3,8%
<b>CRA</b>						
Veículos leves	970	975	-0,6%	3.538	3.577	-1,1%
Veículos pesados	785	961	-18,4%	3.291	3.520	-6,5%
<b>Via040</b>						
Veículos leves	17.609	16.979	3,7%	66.849	66.415	0,7%
Veículos pesados	5.387	5.410	-0,4%	20.320	21.438	-5,2%
<b>ViaRio</b>						
Veículos leves	12.222	11.568	5,7%	46.529	44.977	3,4%
Veículos pesados	5.193	4.175	24,4%	18.908	15.115	25,1%
<b>ViaRio</b>						
Veículos leves	4.746	3.784	25,4%	17.298	13.756	25,7%
Veículos pesados	447	392	14,1%	1.610	1.359	18,5%

O resultado consolidado atingiu 61,8 milhões de VEPs no 4T18, representando um crescimento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, principalmente, pelo bom desempenho da Via040, que apresentou um aumento de 3,7%, e da ViaRio, que registrou 24,4% de crescimento, explicado pelo começo da cobrança de pedágio nas alças de acesso. A CLN também registrou um aumento, de 4,2%, no número de VEPs. A LAMSA, negativamente afetada pela fraca recuperação econômica da cidade do Rio de Janeiro, registrou queda de 6,2% no 4T18. Os efeitos da isenção de pedágio para eixos suspensos, em vigor desde maio de 2018, afetaram diretamente o resultado de VEPs pesados da CLN, CART, CBN e CRA.



No ano também foram contabilizados os efeitos da greve dos caminhoneiros, ocorrida no final do mês de maio, que impactaram, principalmente, o desempenho de VEPs pesados. Os resultados da ViaRio refletem o *ramp up* das operações e início da cobrança de pedágio nas alças de acesso. A redução nos VEPs na LAMSA é explicada pela crise econômica do Rio de Janeiro, mencionada anteriormente.

**MOBILIDADE**



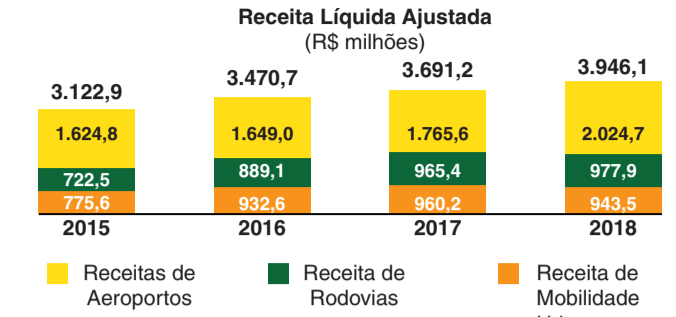


O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema de metrô da cidade do Rio de Janeiro-FRJ que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 quilômetros de trilhos. O sistema de Veículos Leves sobre Trilhos, VLT Carioca possui 3 linhas, 2 construídas e operantes e a terceira em fase de finalização. São 25 quilômetros de extensão e 26 estações conectando a zona portuária, o aeroporto Santos Dumont e a rodoviária Novo Rio ao centro do Rio de Janeiro.

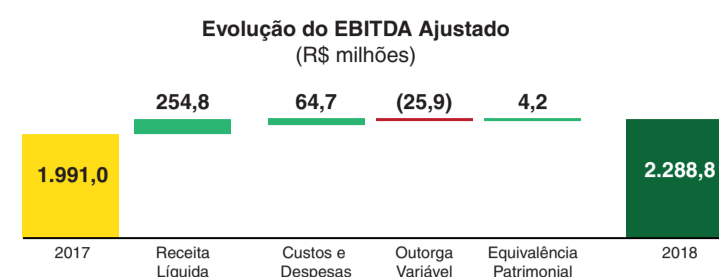
Indicadores Operacionais	4T18	4T17	Δ	2018	2017	Δ
<b>Mobilidade Urbana</b>						
Passageiros Transportados (Mil)	64.800	63.064	2,8%	260.120	256.187	1,5%
Metrôrs Linhas 1, 2 e 4	59.993	59.522	0,8%	242.411	244.710	-0,9%
VLT Carioca	4.806	3.541	35,7%	17.709	11.477	54,3%

Indicadores Operacionais	4T18	4T17	Δ	2018	2017	Δ
<b>Mobilidade Urbana</b>						
Passageiros Pagantes (Mil)	57.273	55.724	2,8%	230.445	227.644	1,2%
Metrôrs Linhas 1, 2 e 4	53.058	52.698	0,7%	214.925	217.593	-1,2%
VLT Carioca	4.215	3.025	39,3%	15.520	10.051	54,4%

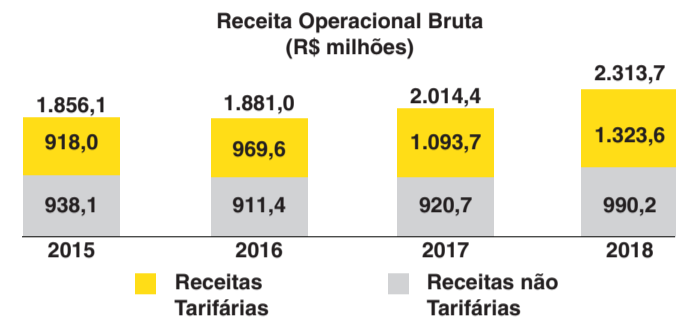
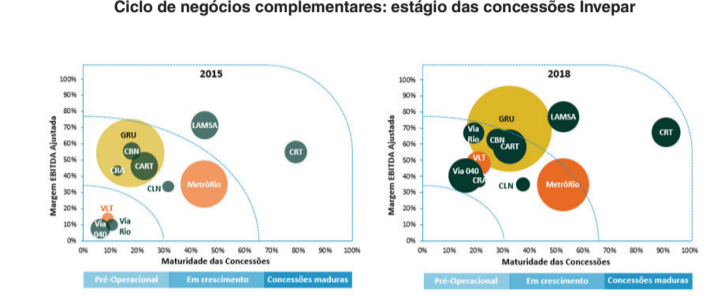
O segmento de Mobilidade Urbana atingiu 57,3 milhões de passageiros pagantes no 4T18, um aumento de 2,8% em relação ao 4T17. Esse aumento foi ocasionado, principalmente, pelo bom desempenho do VLT Carioca, ainda em fase de ramp up e que apresentou crescimento de 39,3% no trimestre. As linhas 1, 2 e 4 do MetrôRio tiveram aumento marginal de 0,7% impactado pelos resultados positivos na Linha 4.



**AEROPORTOS** O crescimento da Receita Líquida Ajustada de GRU Airport segue em ritmo forte superando dois dígitos pelo segundo trimestre consecutivo, ficando 10,8% acima no 4T18. Em relação ao desempenho anual, o avanço foi de 14,7% em 2018 impulsionado pelo recorde de passageiros registrados tanto no ano quanto nos 3º e 4º trimestres de 2018, além de melhor performance em movimentação de aeronaves e maior volume de cargas transportadas. Importante destacar também a mudança na legislação para cobrança de permanência, que readequou a tarifa das aeronaves em áreas de manobra, e o início da cobrança de armazenagem aos sábados. Os recortes de passageiros também impactaram positivamente as Receitas Não Tarifárias, que registraram um aumento de 5,9% no 4T18 e de 7,5% em 2018, com destaque para as receitas provenientes de estacionamento, remuneração variável nos setores de varejo e alimentação e publicidade. Nos últimos anos, GRU Airport realizou investimentos e parcerias visando a expansão das Receitas Não Tarifárias. Em 2018 destacam-se a inauguração de 68 novos espaços de alimentação, varejo, *coworking and chillout* (local para trabalho e descanso), o primeiro em aeroportos na América do Sul), serviços para bagagens, agências de turismo, entre outros. A criação da prestação de serviço direto de TI paracessionários e novos contratos com empresas de transporte por aplicativos também contribuíram para o crescimento da receita.



**Capacidade de crescimento**  
A Invepar combina forte potencial de geração de caixa associado à maturidade das concessões. Com um portfólio diversificado em 3 segmentos de atuação, Aeroporto, Rodovias e Mobilidade Urbana, e um prazo médio restante de mais de 20 anos, o maior comparado aos pares de mercado, à medida em que as concessões caminham para o estágio de maturidade nos negócios, a receita e a geração de caixa medida pelo EBITDA aumentam.



**RODOVIAS** A Receita Líquida Ajustada aumentou 1,2% em 2018 em relação ao ano anterior devido aos reajustes tarifários contratuais ocorridos ao longo de 2018. Esses reajustes mitigaram parcialmente os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros ocorrida no final do 1º semestre de 2018. A isenção de pedágio para eixos suspensos, em vigor desde maio de 2018, afetou diretamente os resultados do ano e do 4T18 nas rodovias CLN, CART, CBN e CRA.

**MOBILIDADE** A queda de 1,8% na Receita Líquida Ajustada de 2018 é explicada, em grande medida, pela redução de cerca de 5% no fluxo de passageiros nas Linhas 1 e 2 do Metrô. Compensou parcialmente este resultado o bom desempenho do VLT Carioca e o aumento das Receitas Não Tarifárias, especialmente, no MetrôRio que firmou 65 novos contratos de locação em 2018. No 4T18, onde a queda nos passageiros do MetrôRio foi menos acentuada, cerca de 2%, a Receita Ajustada ficou 0,4% acima da registrada no mesmo período de 2017.

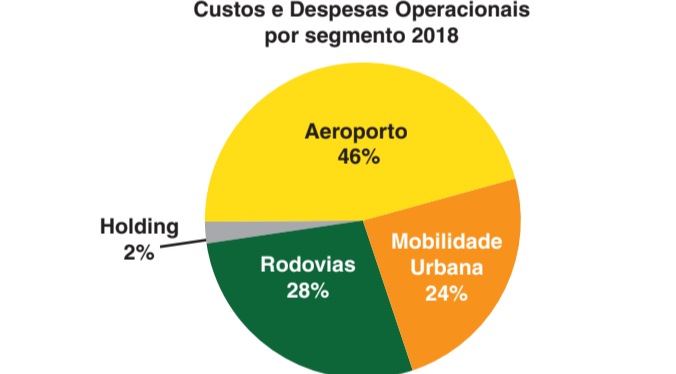
**Custos e Despesas**

A plataforma de negócios Invepar se consolidou em 2018 como um modelo eficiente de gestão e serviços para as empresas do Grupo. Como resultado, verificamos redução nos Custos em Despesas Administráveis, contribuindo para a melhor performance operacional, medida pelo EBITDA Ajustado, em todos os segmentos de atuação da Companhia.

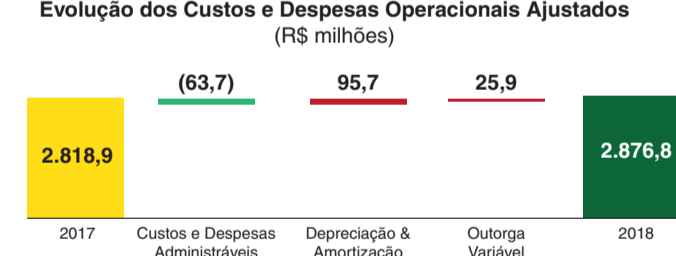
Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)	4T18	4T17	Δ	IFRS 2018	IFRS 2017	Δ
Pessoal	(151,8)	(172,9)	-12,2%	(597,9)	(639,9)	-6,6%
Conservação & Manutenção	(143,5)	(65,2)	120,3%	(271,9)	(256,1)	6,2%
Operacionais	83,7	(72,9)	-214,9%	(254,3)	(354,9)	-28,4%
Despesas Administrativas	(168,8)	(73,9)	128,4%	(300,9)	(237,9)	26,5%
<b>Custos &amp; Despesas Administráveis</b>	<b>(380,4)</b>	<b>(384,8)</b>	<b>-1,2%</b>	<b>(1.425,1)</b>	<b>(1.488,8)</b>	<b>-4,3%</b>
Outorga Variável	(57,0)	(57,7)	-1,2%	(232,0)	(206,1)	12,6%
Depreciação & Amortização	(308,4)	(282,4)	9,2%	(1.219,6)	(1.123,9)	8,5%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(745,8)</b>	<b>(724,9)</b>	<b>2,9%</b>	<b>(2.876,8)</b>	<b>(2.818,9)</b>	<b>2,1%</b>
Custo de Construção (IFRS)	(21,2)	(120,1)	-82,3%	(221,3)	(372,9)	-40,7%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(9,2)	(1,5)	515,7%	(28,3)	(19,0)	49,1%
Impairment - VIA040 e VLT	(117,7)	-	n.m.	(117,7)	-	n.m.
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(893,8)</b>	<b>(846,5)</b>	<b>5,6%</b>	<b>(3.244,1)</b>	<b>(3.210,8)</b>	<b>1,0%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção;

Em 2018, os Custos e Despesas Administráveis apresentaram uma redução de 4,3% em relação a 2017. No 4T18 também houve redução, de 1,2%, quando comparado ao 4T17. Na linha de pessoal, verifica-se uma queda de 6,6% no ano e de 12,2% no trimestre devido à consolidação das principais atividades na Matriz. O aumento em conservação e manutenção pode ser explicado, em grande parte, pelo maior volume de gastos nas rodovias, em função do início de projetos de conservação de trechos rodoviários finalizados. A forte redução dos custos operacionais e despesas administrativas está diretamente relacionada aos ganhos de escala provenientes da padronização e centralização de processos na Matriz, como por exemplo a conclusão da transferência das atividades de Planejamento e Controle Operacionais - PCO das rodovias para o PCO da Invepar.



Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados, ou seja, sem o impacto do IFRS, tiveram aumento de 2,9% na comparação do 4T18 com o 4T17. No resultado do ano, houve aumento de 2,1% explicado, principalmente, pelo maior valor de Outorga Variável de GRU Airport, proporcional ao crescimento da receita, além da contabilização de Depreciação & Amortização de investimentos concluídos em períodos anteriores.



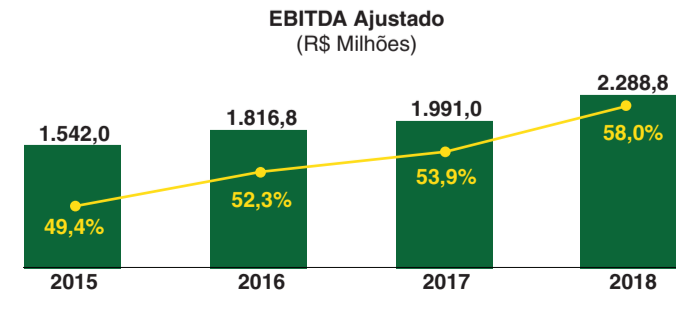
Em Custos e Despesas estão registrados os efeitos de *impairment* relativo aos ativos Via 040 (R\$ 93,7 milhões) e VLT (R\$ 24,0 milhões). Os itens do ativo intangível e imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia, em sua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, identificou indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, incorrendo na necessidade de *impairment*. A análise foi efetuada por meio de teste de recuperabilidade desses ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável. Maiores informações podem ser verificadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2018.

**EBITDA**

EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	4T18	4T17	Δ	IFRS 2018	IFRS 2017	Δ
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	1.017,8	979,9	3,9%	3.946,1	3.691,2	6,9%
Custos e Despesas Administráveis	(380,4)	(384,8)	-1,2%	(1.425,1)	(1.488,8)	-4,3%
Outorga Variável	(57,0)	(57,7)	-1,2%	(232,0)	(206,1)	12,6%
Equivalência Patrimonial	(0,9)	10,7	-107,5%	(0,2)	(4,3)	-97,7%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>579,6</b>	<b>548,0</b>	<b>5,8%</b>	<b>2.288,8</b>	<b>1.991,0</b>	<b>15,0%</b>
Margem EBITDA (%) Ajustada <sup>1</sup>	56,9%	55,9%	+1,0 p.p.	58,0%	53,9%	+4,1 p.p.
Receita de Construção (IFRS)	21,9	121,3	-81,9%	223,5	376,3	-40,6%
Custo de Construção (IFRS)	(21,2)	(120,1)	-82,3%	(221,3)	(372,9)	-40,7%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(9,2)	(1,5)	550,0%	(28,3)	(19,0)	48,9%
EBITDA <sup>2</sup> - VIA040 e VLT	453,5	547,7	-17,2%	2.145,0	1.975,3	8,8%
Margem EBITDA (%) <sup>2</sup>	44,6%	55,9%	-11,3 p.p.	54,4%	53,5%	+0,8 p.p.

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção, a Provisão para Manutenção e Impairment;  
<sup>2</sup> Instrução CVM Nº 527/12;

Em 2018, o EBITDA Ajustado da Companhia registrou expansão de 15,0%, alcançando R\$ 2,3 bilhões com Margem EBITDA Ajustada de 58,0%. Esses resultados são os melhores já verificados pela Companhia e refletem o aumento da Receita Líquida Ajustada, principalmente a de GRU Airport que registrou recorde de passageiros em 2018, além dos esforços empregados nos últimos anos na reestruturação de atividades na Matriz, com ganhos em sinergia e redução de custos e despesas.

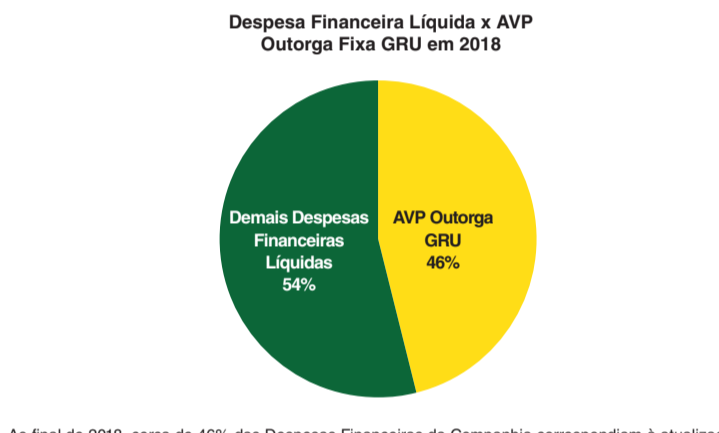


O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 579,6 milhões no 4T18, um crescimento de 5,8% quando comparado com o 4T17. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 56,9%, ficando 1,0 ponto percentual acima do mesmo período do ano anterior. O resultado do 4T18 também é explicado pela combinação de aumento da Receita Líquida Ajustada, principalmente no segmento de aeroportos que também registrou recorde de passageiros para um trimestre, e a maior eficiência em custos e despesas.

**Resultado Financeiro Líquido**

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T18	4T17	Δ	IFRS 2018	IFRS 2017	Δ
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(271,3)</b>	<b>(465,5)</b>	<b>-41,7%</b>	<b>(1.657,1)</b>	<b>(1.550,1)</b>	<b>6,9%</b>
Receita Financeira	110,7	(27,4)	-504,0%	260,3	138,1	88,5%
Juros	27,6	(25,8)	-206,6%	120,0	116,1	3,4%
Variações cambiais e monetárias	3,8	(2,7)	-240,7%	15,4	19,9	-23,1%
Operações de Hedge	78,3	0,3	n.m.	118,7	0,3	n.m.
Outros	1,0	0,8	n.m.	6,2	1,8	244,4%
<b>Despesa Financeira</b>	<b>(382,0)</b>	<b>(438,1)</b>	<b>-12,8%</b>	<b>(1.917,4)</b>	<b>(1.688,2)</b>	<b>13,6%</b>
AVP Outorga GRU	(126,3)	(203,8)	-38,0%	(757,7)	(739,5)	2,5%
Juros	(244,4)	(179,4)	36,2%	(933,3)	(779,7)	19,7%
Variações cambiais e monetárias	(8,8)	(12,6)	-29,6%	(79,4)	(70,9)	12,1%
Operações de Hedge	13,5	0,5	n.m.	(100,1)	(21,3)	371,7%
Outros	(16,0)	(42,9)	-62,9%	(46,9)	(76,9)	-39,1%

O Resultado Financeiro Líquido de 2018 foi negativamente afetado pelo aumento do IPCA, índice que onera a maior parte, 40,6%, da dívida da Companhia, como pode ser verificado no capítulo de Endividamento deste Relatório, além de ser o fator de atualização a valor presente (AVP) do passivo da concessão de GRU Airport.



AVP Outorga GRU em 2018

AVP Outorga GRU em 2018

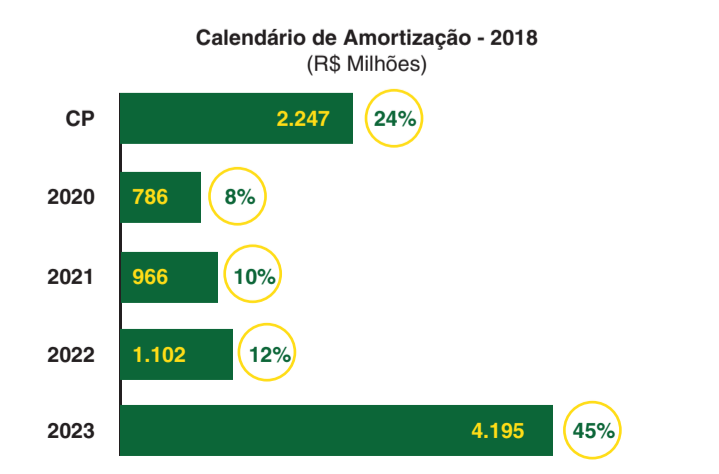
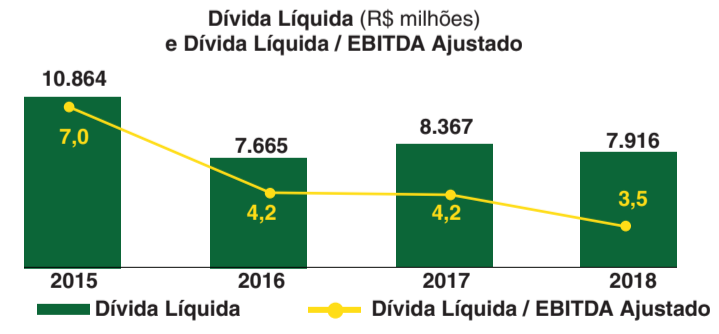
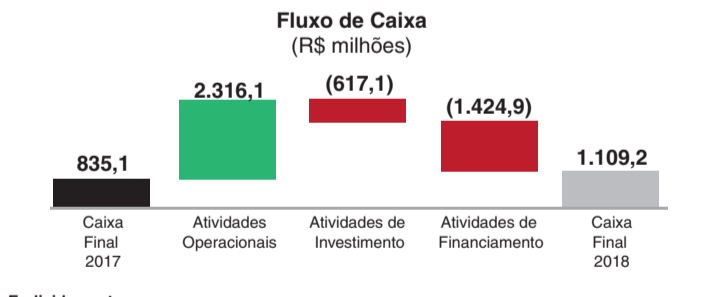
AVP Outorga GRU em 2018

AVP Outorga GRU em 2018

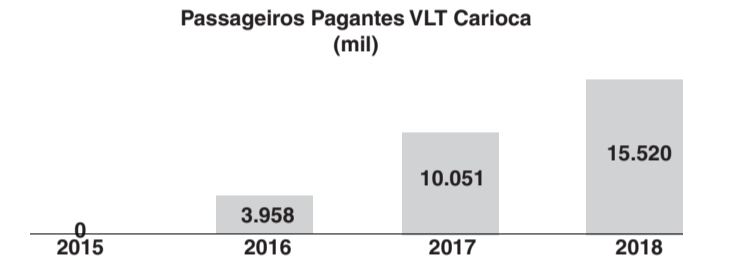
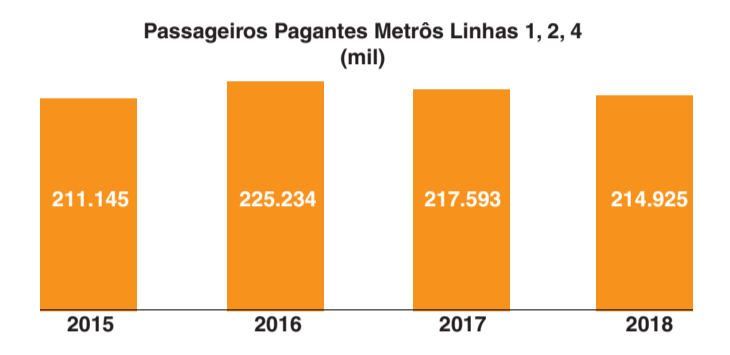
**Resultado do Exercício**

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	4T18	4T17	Δ	IFRS 2018	IFRS 2017	Δ
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>39,1</b>	<b>(243,8)</b>	<b>-116,0%</b>	<b>(324,0)</b>	<b>(482,6)</b>	<b>-32,9%</b>
Lucro/Prejuízo do Exercício	39,1	(243,8)	-116,0%	(324,0)	(482,6)	-32,9%

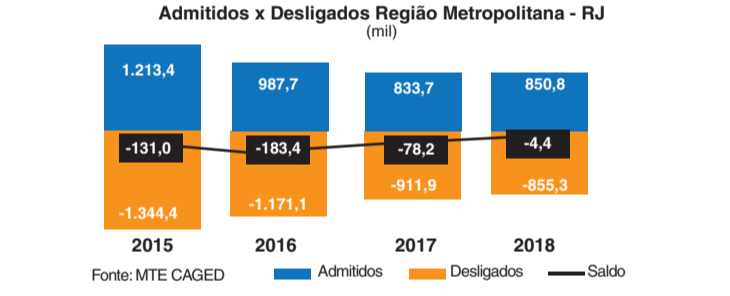
A Invepar encerrou o ano de 2018 com Prejuízo Líquido de R\$ 324,0 milhões. Neste resultado está incluído o efeito não-caixa da AVP da Outorga Fixa GRU Airport. Excluindo este efeito, o resultado do período é de Lucro de R\$ 433,7 milhões. No 4T18, o Resultado do Exercício é positivo devido, principalmente, à constituição de IR Diferido em GRU Airport, na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.



O crescimento operacional da Invepar, medido pelo EBITDA Ajustado fez com que o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA reduzisse significativamente nos últimos anos.



No acumulado de 2018, foram 230,4 milhões de passageiros pagantes nos ativos de Mobilidade Urbana, crescimento de 1,2% frente ao ano anterior. O crescimento de 54,4% nos passageiros pagantes do VLT Carioca reverteu a queda de 1,2% no desempenho operacional do Metrô do Rio de Janeiro, incluindo as linhas 1, 2 e 4.



O desempenho das Linhas 1 e 2 do MetrôRio, que conectam os trabalhadores da região norte ao centro da cidade, segue penalizado pelo alto índice de desemprego no município do Rio de Janeiro. Dados do CACEID, apontam que em 2018 a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou, novamente, saldo negativo na relação admitidos versus desligados. Isto indica que o número de desempregados continua superando as novas contratações, impactando diretamente nos resultados do Metrô.

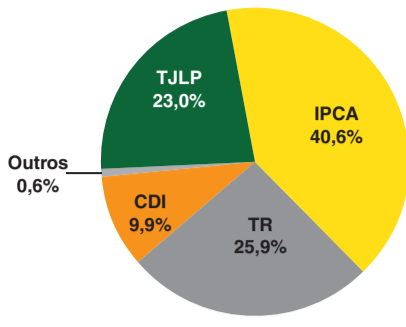
**Resultados Financeiros**

Nos próximos tópicos serão apresentadas os resultados da Companhia pela consolidação contábil IFRS. Os números Proporcionais, que indicam os resultados da Companhia de acordo com a sua participação em cada concessão, estão nos anexos deste relatório.

Resultado Consolidado (R\$ milhões)	4T18	4T17	Δ	IFRS 2018	IFRS 2017	Δ
Receita Bruta	1.265,1	1.310,6	-3,5%	5.054,3	4.831,1	4,6%
Receita Líquida	1.039,8	1.101,1	-5,6%	4.169,6	4.067,5	2,5%
Custos Operacionais	(637,9)	(677,6)	-5,9%	(2.610,8)	(2.624,7)	-0,5%
Lucro Bruto	401,9	423,5	-5,1%	1.558,8	1.442,9	8,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(256,0)	(168,9)	51,6%	(633,3)	(586,1)	8,0%
Equivalência Patrimonial	(0,9)	10,7	-107,5%	(0,2)	(4,3)	-97,7%
EBIT	145,0	265,3	-45,3%	925,4	852,4	8,6%
EBITDA	453,5	547,7	-17,2%	2.145,0	1.976,3	8,5%
Ajustes	8,4	0,3	n.m.	26,1	15	



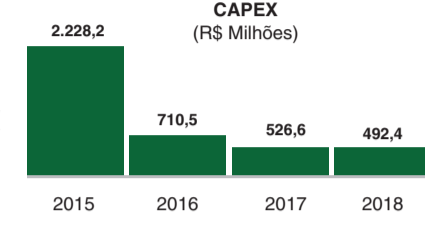
Composição da Dívida por Indexador



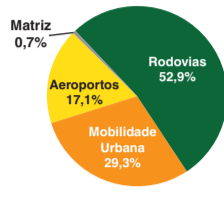
de instalação previsto na escritura da referida Emissão, em 19 de março de 2019 foi realizada segunda convocação da AGD, para o dia 26 de março de 2019. No dia 26 de março, em segunda convocação, foi deliberada pelos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da Invepar, dentre outras matérias, a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em função do rebaixamento da classificação de risco.

Em 11 de fevereiro de 2019, agência de classificação de riscos S&P Global Ratings rebaixou os ratings de Emissor das controladas CART e MetrôBarra de 'brA-' para 'brBB-' em Escala Nacional Brasil. Também houve rebaixamento no rating atribuído à 2ª Emissão de Debêntures da CART e à 3ª Emissão de Debêntures da MetrôBarra, passando ambos de 'brA-' para 'brBB-'. Como consequência do rebaixamento, a CART e a MetrôBarra iniciaram os procedimentos aplicáveis e previstos nas escrituras das emissões visando a minimizar impactos frente aos debenturistas, de forma a não ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures. Até a publicação deste Relatório da Administração, ainda não tinham ocorrido a AGD da 2ª Emissão de Debêntures da CART e a AGD da 3ª Emissão de Debêntures da MetrôBarra.

**Investimentos**  
As empresas do grupo Invepar vem reduzindo consideravelmente os desembolsos com investimentos. Esta redução faz parte do curso natural dos negócios da Companhia, com investimentos concentrados nos primeiros anos de concessão e reduzidos ao longo dos anos seguintes para o nível de manutenção das atividades. A execução da maior parte do cronograma de investimentos firmados junto aos reguladores reforça a tendência de queda do CAPEX.



Composição dos Investimentos em 2018



Investimentos (R\$ Milhões)	IFRS 2018
<b>Rodovias</b>	<b>260,4</b>
LAMSA	11,1
CLN	3,6
CART	182,7
Via 040	62,9
<b>Mobilidade Urbana</b>	<b>144,3</b>
MetrôRio	102,2
Metro Barra	42,1
<b>Aeroportos</b>	<b>84,4</b>
GRU Airport	84,4
<b>Holding</b>	<b>3,3</b>
<b>Total Investido<sup>1</sup></b>	<b>492,4</b>
Capitalização de Resultado Financeiro	18,5
Outros Efeitos Não Caixa	47,0
Margem de Construção	2,2
Outorga de GRU	258,2

<sup>1</sup> Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa, para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

Em 2018 foram investidos R\$ 492,4 milhões. Nas Rodovias, destaque para a duplicação de trechos, construção de alças de acesso e recuperação de pavimento, além da renovação da frota de veículos operacionais. Em Mobilidade, foram executados projetos voltados, principalmente, para a melhoria da fluidez do tráfego, segurança e confiabilidade das operações. Em Aeroporto, foi implementada a operação para pousos e decolagens simultâneas, trazendo maior eficiência, além de investimentos voltados para aumento de capacidade no Terminal de Cargas e ampliação e modernização dos Terminais de Embarque.



O procedimento de Pousos e Decolagens simultâneas permite maior eficiência no gerenciamento do tráfego aéreo, redução no tempo de espera das aeronaves em voo e em solo, além de diminuir a emissão de gases CO2.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**  
**Auditor Independente**  
A Invepar grupo utiliza os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2018, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos Auditores Externos NBCTA - 200.

Diretor de Relações com Investidores	
Enio Stein Junior	
Equipe de Relações com Investidores	
Nilton Pimentel	Livia Bragança
Aline Campos	Rafael Rondinelli
invest@invepar.com.br	+55 21 2211 1300

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.745	616.657	1.109.210	835.099
Aplicações financeiras	4	-	9.170	96.136	121.110
Contas a receber	5	-	-	365.703	312.027
Estoques	-	-	-	67.180	64.408
Tributos a recuperar	6.a	13.077	10.542	62.848	78.468
Adiantamentos	7	821	1.694	33.804	41.236
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	60.132	28.129	-	-
Partes relacionadas	7	94.128	36.903	174	26
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	42.650	27.552	44.183	37.034
Outros	-	495	504	3.430	1.250
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>462.046</b>	<b>731.151</b>	<b>1.782.668</b>	<b>1.490.658</b>
Ativos referentes a operação descontinuada	8 e 25	688	796	2.942	3.057
<b>TOTAL</b>		<b>462.734</b>	<b>731.947</b>	<b>1.785.610</b>	<b>1.493.715</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	4	-	-	174.648	167.178
Contas a receber	5	-	-	35.358	27.905
Tributos a recuperar	6.a	-	-	396.959	411.022
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	285.355	45.442
Partes relacionadas	7	334.965	286.708	253.250	176.399
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	833	451	97.025	88.523
Outros	-	-	-	9.071	15.184
Investimentos	8	3.217.247	3.075.239	337.958	376.087
Imobilizado	10	2.094	1.230	1.099.334	1.137.532
Intangível	11	29.407	22.703	21.043.576	21.550.187
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.595.621</b>	<b>3.397.406</b>	<b>23.732.535</b>	<b>23.995.459</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.058.356</b>	<b>4.129.354</b>	<b>25.518.145</b>	<b>25.489.174</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	12	11.372	4.845	242.859	261.042
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.264.254	1.498.309
Debêntures	13	787.909	887.002	982.684	1.295.951
Tributos a recolher	6.c	2.166	1.813	82.164	69.749
Obrigações com empregados e administradores	-	38.808	30.858	115.866	124.518
Concessão de serviço público	14	-	-	1.425.890	439.438
Adiantamentos de clientes	-	-	-	40.239	68.228
Provisão para manutenção	-	-	-	4.071	2.464
Partes relacionadas	7	1.353	-	601	9.135
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	36.067	-	53.849	25.008
Receita diferida	-	-	-	26.542	25.513
Outros	-	-	-	145.118	166.701
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>877.675</b>	<b>924.518</b>	<b>4.384.139</b>	<b>3.986.055</b>
Passivos referentes a operação descontinuada	8 e 25	-	-	2.253	2.261
<b>TOTAL</b>		<b>877.675</b>	<b>924.518</b>	<b>4.386.392</b>	<b>3.988.316</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	12	-	-	4.836	5.615
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	3.297.252	3.641.742
Debêntures	13	439.323	217.877	3.751.956	3.053.986
Tributos a recolher	6.c	-	-	5.079	10.172
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	46.420	170.738
Concessão de serviço público	14	-	-	11.762.593	11.981.658
Provisão para riscos processuais	15	5.110	3.835	103.879	48.984
Dividendos	7	22.842	22.842	24.073	24.073
Receita diferida	-	-	-	195.539	202.679
Provisão para manutenção	-	-	-	121.093	94.372
Provisão para passivo descoberto	8	382.120	305.291	-	-
Outros	-	1.671	1.421	27.322	40.593
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>851.066</b>	<b>551.266</b>	<b>19.340.043</b>	<b>19.274.612</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados	-	(1.538.305)	(1.214.349)	(1.538.306)	(1.214.349)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.329.614</b>	<b>2.653.570</b>	<b>2.329.613</b>	<b>2.653.570</b>
Participação dos não controladores	-	-	-	(537.904)	(427.324)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.058.356</b>	<b>4.129.354</b>	<b>25.518.145</b>	<b>25.489.174</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
17	-	-	-	3.946.077	3.691.236
17	-	-	-	223.529	376.288
17	-	-	-	(2.389.505)	(2.251.345)
17	-	-	-	(221.316)	(372.942)
				<b>1.558.785</b>	<b>1.443.236</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>					
Receitas (despesas) operacionais	17	(53.714)	(60.834)	(556.814)	(587.616)
Gerais e administrativas	8	(158.207)	(426.963)	(153)	(4.348)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(25.007)	63	(76.285)	2.284
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(236.927)</b>	<b>(487.734)</b>	<b>925.532</b>	<b>853.557</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>					
Receitas financeiras	18	167.908	104.522	260.304	138.145
Despesas financeiras	18	(254.830)	(98.403)	(1.917.421)	(1.688.238)
Total	-	(86.922)	6.119	(1.657.117)	(1.550.093)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(323.849)</b>	<b>(481.615)</b>	<b>(731.585)</b>	<b>(696.536)</b>
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	297.490	(160.946)
Corrente	-	-	-	(66.742)	(63.293)
Diferido	-	-	-	364.232	(97.653)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(323.849)</b>	<b>(481.615)</b>	<b>(434.095)</b>	<b>(857.482)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(110.247)	(375.868)
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	(323.849)	(481.615)
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	8 e 25	(108)	(1.015)	(108)	(1.015)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(323.957)</b>	<b>(482.630)</b>	<b>(434.203)</b>	<b>(858.498)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(110.247)	(375.868)
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	(323.957)	(482.630)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0.755)	(1.122)	-	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0.754)	(1.124)	-	-
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	-	-	-	(0.002)	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	-	-	-	(0.002)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

RECEITAS	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
17	-	-	-	5.065.876	4.865.498
17	-	-	-	4.830.729	4.454.776
17	-	-	-	239.093	480.434
17	-	-	-	(66.911)	(78.367)
17	-	-	-	62.964	8.656
<b>Outros adquiridos de terceiros</b>		<b>58.919</b>	<b>35.088</b>	<b>(1.351.928)</b>	<b>(1.336.901)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	(4.297)	(17.920)
Custo de construção	17	-	-	(221.316)	(372.942)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	17	58.919	35.088	(1.124.144)	(935.629)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	217	(5.652)
Outros custos	-	-	-	(2.389)	(4.758)
Valor adicionado bruto	-	58.919	35.088	3.713.948	3.528.596
Retenções	-	(5.820)	(5.791)	(1.219.630)	(1.123.918)
Depreciação e amortização	17	(5.820)	(5.791)	(1.219.630)	(1.123.918)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	53.098	29.297	2.494.318	2.404.678
Valor adicionado recebido em transferência	-	9.702	(322.441)	260.151	133.797
Resultado de equivalência patrimonial	8	(158.207)	(426.963)	(153)	(4.348)
Receitas financeiras	18	167.908	104.522	260.304	138.145
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	-	(108)	(1.015)	(108)	(1,015)
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	-	62.692	(294.159)	2.754.360	2.537.461
Total do valor adicionado a distribuir	-	62.692	(294.159)	2.754.360	2.537.461
Distribuição do valor adicionado	-	110.485	76.119	536.369	577.911
Pessoal e encargos	-	99.218	63.209	392.281	410.874
Remuneração direta	-	6.018	9.631	112.206	131.731
Benefícios	-	5.250	3.158	31.883	33.229
FGTS	-	-	121	-	2.078
Outros	-	19.492	11.603	692.339	1.013.034
Impostos, taxas e contribuições	-	19.399	11.515	527.072	848.084
Federais	-	-	-	10.575	25.223
Estaduais	-	94	88	154.691	139.727
Municipais	-	256.672	100.749	1.959.855	1.805.014
Remuneração capital de terceiros	-	250.145	63.565	1.819.985	1.594.135
Juros	-	1			



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
 1.a) Operações da Companhia  
 A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR"; "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

- Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas
- Rodovias
- Linha Amarela S.A. - LAMSA
- Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
- Concessionária Autores S.A. - CART
- Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
- Concessionária Rio Teresopolis S.A. - CRT
- Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
- Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA
- Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
- Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
- PEX S.A. - PEX \*
- Mobilidade Urbana
- Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
- MetroBarra S.A. - METROBARRA
- Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT
- Aeroportos
- Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT
- Fundo de Investimento
- Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

(\*) Empresa reportada como ativos e passivos diretamente associados a operações descontinuadas. A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo INVEPAR" ou "grupo". As demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$115.629 e R\$2.801.471, a controladora e consolidada, respectivamente (R\$193.367 e R\$2.495.397 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e consolidada, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$3.672.827. O capital circulante líquido negativo tem sido apurado recorrentemente nos últimos exercícios.

Em consequência a este cenário, acrescido das incertezas inerentes à aproximação do prazo de vencimento de dívida na INVEPAR, conforme nota explicativa 13, em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou os ratings da Companhia, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'br-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram baixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures") de 'brA' para 'brBB'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para as controladas CART e METROBARRA, que tiveram seus ratings de Emissor baixados de 'brA' para 'brBB', respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Assim como as 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR, as Controladas CART e METROBARRA (2ª emissão de debêntures – debêntures CART e 3ª emissão de debêntures – debêntures METROBARRA) possuem emissões que pactuaram em suas escrituras com uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às mesmas igual ou superior a "BBB+", nas emissões da INVEPAR, limite de "BBB-" para o METROBARRA, e "A-" no caso da CART. Debêntures INVEPAR

Em 26 de março de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 3ª emissão de debêntures da INVEPAR, na qual foi deliberado pelo não vencimento antecipado das debêntures. Com relação à 4ª emissão, esta tem seu vencimento já programado para o dia 11 de abril de 2019, conforme nota 13.

**Debêntures CART**  
 Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para que seja votado pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). Neste sentido, a CART convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para o dia 16 de abril de 2019, data posterior à data de autorização para emissão destas Demonstrações Contábeis, de forma a deliberarem sobre o pedido de não declaração de vencimento antecipado da Emissão.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco de o BNDES também declarar o vencimento antecipado das dívidas contratadas e ainda não liquidadas pelo grupo INVEPAR junto a esta instituição financeira, já que, conforme item II, do Art. 39, da Seção 01 – Normas Gerais, do Capítulo IX – do Inadimplemento e das Penalidades, previsto na Resolução 665/87 – Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES ("DABC"), este poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida do grupo INVEPAR caso haja o "inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença". Além disso, outras restrições poderão ser impostas pelo BNDES a seu critério, como por exemplo, o bloqueio de novos desembolsos (Condições Gerais – Capítulo I, artigo 5º inciso VI das DABC).

Além do BNDES, caso haja o vencimento antecipado das Debêntures CART, deverá ser convocado AGD para a convocação da AGD para que os debenturistas votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures da INVEPAR, conforme determinado nas escrituras.

A administração da INVEPAR e da CART está enviando esforços contínuos e estruturados junto aos credores e ao mercado em geral para que as condições de obtenção do Waiver sejam alcançadas, nos termos da Escritura da 2ª emissão de debêntures da CART.

O plano para alcançar o sucesso passa por ações de contratação de assessor financeiro com vivência em casos semelhantes, contatos individualizados com os credores, acompanhamento jurídico especializado e buscas por novas soluções de liquidez na CART, em valor suficiente para cobrir o eventual passivo futuro. Caso as estratégias que a Administração da INVEPAR e da CART vem executando não se concretizem, ambas irão avaliar a realização de planos alternativos que limitem o dano da declaração do vencimento antecipado.

Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis os planos da Administração encontravam-se em execução e, portanto, há um cenário relevante de incerteza quanto aos efeitos inerentes à declaração do vencimento antecipado das Debêntures CART o que, em cenário limítrofe, poderá causar uma declaração de vencimento antecipado em outras dívidas pertencentes às empresas do grupo INVEPAR, as controladas, em conjunto ou coligadas, trazendo uma exposição máxima a este risco de montante estimado de R\$11,2 Bilhões. Esta exposição de riscos, caso ocorra, traz incertezas significativas sobre a capacidade da INVEPAR, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas manterem seus planos de continuidade operacional. As empresas afetadas, além da Companhia, por estes riscos, na melhor avaliação da Administração da INVEPAR são: (i) CART; (ii) METRÔRIO; (iii) VIA040; (iv) LAMSA; (v) METROBARRA; (vi) GRU AIRPORT; (vii) CRA; (viii) VIARIO; (ix) VLT; e (x) CART Neste sentido, a Administração da Companhia em conjunto com a Administração da VLT, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possui indicação acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, o BNDES e demais credores exercerem o direito de decretar o vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas, que não as da CART, ou adotar outras restrições às dívidas contratadas com os bancos, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco significativo a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

**Debêntures METROBARRA**  
 Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures METROBARRA, nos termos dos documentos da operação será necessário convocar AGD para que os debenturistas votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). A Administração do METROBARRA iniciou as tratativas pertinentes junto ao único debenturista e respectivo agente fiduciário no sentido de convocar uma AGD e deliberar sobre o pedido. Neste caso, se por tratar de somente um único credor, a Administração da INVEPAR e do METROBARRA estão enviando esforços de contato e definição anterior a AGD para lograr êxito na mesma, obtendo o referido Waiver.

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo do METROBARRA não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vinculada na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

No cenário, em que haja o vencimento da debênture da METROBARRA, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança da INVEPAR poderá ser chamada, e caso não honrada, poderá acionar cláusula de vencimento antecipado nas seguintes dívidas: (i) Debêntures da INVEPAR; (ii) Empréstimo LAMSA; (iii) fianças VIA040; (iv) debênture da VIARIO.

Caso o empréstimo da LAMSA seja vencido antecipadamente, o Debenturista da 2ª emissão de debêntures LAMSA poderá ser convocado AGD para deliberação ou não do vencimento antecipada da mesma, conforme escritura da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA. Havendo a declaração de vencimento antecipado da 2ª Emissão de debêntures da LAMSA, deverá ser convocado AGD para deliberação ou não do vencimento antecipada da 8ª Emissão de Debêntures do METRÔRIO.

A Administração da Companhia em conjunto com a Administração do METROBARRA, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possuem indicações acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, o debenturista exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

A Medida Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, convertida na Lei nº 13.448 em 5 de junho de 2017, pelo Governo Federal, estabelece, dentre outras, as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a VIA040 protocolou junto aos órgãos competentes - Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MPA"), Programa de Investimentos em Logística ("FIL") - o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040, ambos em 8 de setembro de 2017.

Devido a indefinição quanto à regulamentação da relicitação, em 20 de julho de 2018, a VIA040 ajustou cautelar com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e de redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento a parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até à conclusão do processo de relicitação. Em 24 de agosto de 2018, foi concedida liminar à ação cautelar protocolada. Adicionalmente, no dia 18 de setembro de 2018, a VIA040 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida (vide nota 8). Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a VIA040 e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a VIA040. Após a emissão do acordo entre as partes, a duração do contrato de concessão da VIA040 estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. A Administração da VIA040, em sua melhor avaliação, acredita que a relicitação ainda é viável e portanto mantém a premissa de receber, após a homologação do novo pedido de relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17. Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão. Até a data da autorização para emissão desse relatório não foi definida a forma de indenização pela autoridade competente.

**LAMSA**  
 No dia 20 de dezembro de 2018, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, por meio de Decreto Municipal nº 45.546/2018 suspendeu a cobrança da tarifa de pedágio da LAMSA. A decisão tomada de maneira unilateral fere cláusulas do contrato de concessão, o que suscitou em ações legais, pela LAMSA, objetivando a reversão desta decisão. No dia seguinte, a LAMSA obteve decisão judicial favorável que suspendeu o efeito do Decreto Municipal supracitado e restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis consolidadas foram autorizadas pela Administração da Companhia em 27 de março de 2019, que compreendem:

a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

**2.1. Bases de elaboração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

**2.2. Bases de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2018			2017		
	Ordinária	Preferencial	Total	Ordinária	Preferencial	Total
LAMSA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CLN	99,96	87,25	91,49	99,96	87,25	91,49
CART	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
METRÔRIO	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00
LAMBRA	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00
GRUPAR	100,00	–	80,00	80,00	–	80,00
PEX	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00
METROBARRA	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00
VIA040	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00
FUNDO MOVER	100,00	–	100,00	100,00	–	100,00

**Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

**2.3. Reconhecimento de receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**  
 A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).  
 Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.  
 Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) **Receita de juros**  
 A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) **Receita de construção**  
 A Companhia é alcançada pela ICP 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, uma montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, e mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e suas controladas. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto aqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção.

**2.5. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

**2.6. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

**2.7. Investimentos em controladas**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

**2.8. Imobilizado**

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e a mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**2.9. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificadas como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto GRU AIRPORT que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível a medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

Também podem fazer parte do intangível, equipamentos e peças de reposição ou de aplicação em obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.10. Ajuste para recuperação de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida perda para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que refleta o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.11. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.12. Impostos**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Recultas tarifárias	Recultas não tarifárias	Recultas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% (*) e 0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% (*) e 3,00% e 7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% e 5,00% (*)	5,00% (*)	-

(\*) A aplicação de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulação.

(\*\*) Alíquota 0,00% para transportes metroviários, conforme Lei 12.980/13.

A Companhia e suas controladas, exceto GRU AIRPORT, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e aprovado pela Administração, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e da Instrução CVM 371 através do Ofício - Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2019.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revertidos o caso data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade



Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia estiver comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. Quando a Companhia estiver comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou joint venture, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou joint venture que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa da Companhia sobre a coligada ou joint venture. Após a alienação, a Companhia contabiliza qualquer participação detida na coligada ou controlada em conjunto de acordo com a IAS 39 (CPC 48 – Instrumento Financeiro), a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou controlada em conjunto, situações em que a Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial. Uma operação descontinuada é um componente da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Companhia e que: a) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; b) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa e dos valores adicionados. O resultado das operações descontinuadas é excluído dos resultados das operações continuadas, sendo apresentado como um único valor na demonstração do resultado do exercício após os impostos sobre a renda.

**2.24. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**  
Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidas pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:  
a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:  
IFRS 16 – Lease – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. No Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06. CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos: As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período-base anual, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. \* Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis. IFRIC 23/CP22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como CPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associadas a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:  
\* Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.  
\* As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.  
\* Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.  
\* Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. O Grupo adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.  
CPC 48 – Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia. MELHORES ANUAIS - Ciclo 2015-2017  
\* CPC 15 (R1) - Combinações de negócios  
As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta. A entidade deve aplicar estas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia. CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto  
Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não serão reavaliadas. A entidade deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Atualmente, estas alterações não são aplicáveis a Companhia, mas podem ser aplicáveis a transações futuras. \* CPC 32 - Tributos sobre o lucro  
As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas nas demonstrações de resultados e outros resultados abrangentes que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual do Grupo está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas. \* CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos  
As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contratado originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda foram concluídas. A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual do Grupo está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	3.605	2.153	47.825	116.122
Caixa e bancos	169.092	—	272.423	8.383
Aplicações financeiras	—	—	501.482	40.701
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	—	—	—	—
Fundo Mover	8.497	—	31.298	—
Certificados de Depósito Bancário CDB	64.171	497.290	236.365	542.114
Letras financeiras do tesouro	5.380	117.214	19.817	127.779
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	250.745	616.657	1.109.210	835.009
Total de caixa e equivalentes de caixa	250.745	616.657	1.109.210	835.009

Caixa e equivalentes de caixa  
3.605 2.153 47.825 116.122  
Caixa e bancos  
169.092 — 272.423 8.383  
Aplicações financeiras  
— — 501.482 40.701  
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional  
— — — —  
Fundo Mover  
8.497 — 31.298 —  
Certificados de Depósito Bancário CDB  
64.171 497.290 236.365 542.114  
Letras financeiras do tesouro  
5.380 117.214 19.817 127.779  
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional  
250.745 616.657 1.109.210 835.009  
Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prazos de resgatáveis. A rentabilidade média destas aplicações varia de 90% a 99,50% do CDI (93,16% a 100,80% do CDI em 31 de dezembro de 2017). Fundo de Investimento CDI – é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladora de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRÓRIO, METROBARRA, VIAO40, CART e a LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,05% do CDI (98,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

**4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Aplicações financeiras	—	—	—	—	
Certificados de Depósito	94% a	—	—	—	
* Bancário CDB	101% CDI	jan/20	9.170	98.986	115.794
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	CDI/IFPC/ SELIC	—	118.937	116.751	11.221
Outros	—	—	—	—	—
Fundo Cambial FIC(a)	95,54% DÓLAR	—	—	—	—
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	—	—	52.864	44.522	—
Total de aplicações financeiras	—	—	9.170	270.784	288.288
Circulante	—	—	9.170	96.136	121.110
Não circulante	—	—	—	174.648	167.178

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÓRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro, conforme cronograma físico-financeiro. As aplicações financeiras não circulantes que somam R\$174.648 (R\$3.566 para METRÓRIO, R\$47.962 para METROBARRA e R\$123.120 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos judiciais e ao contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

**METRÓRIO**  
R\$3.566 referem-se a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.  
**METROBARRA**  
R\$47.962 referem-se a aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático.  
**GRU AIRPORT**  
R\$123.120 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,78% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2017) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

**5. CONTAS A RECEBER**

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	158.126	130.035
Aeronaves e passageiros (a)	17.879	—
Armazenagem e capatazia (a)	115.722	106.494
Cessão de espaço (a)	59.132	51.395
Valores a receber de pedágio (b)	11.088	9.154
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	2.993	7.386
Valores a receber de bilhetes (d)	14.943	13.031
Locação de trens (e)	27.957	7.796
Outros	(42.137)	(30.531)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	365.703	312.027
Total	—	—

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.  
(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.  
(c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios das controladas METRÓRIO e VIAO40.  
(d) Contas a receber com passagens da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos da controlada METRÓRIO.  
(e) Contas a receber do METROBARRA com a CRB (Concessionária Rio Barra S.A) referente ao contrato de locação de trens e sistemas operacionais.  
(f) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÓRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo. Foram constituídas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa para todo o saldo em aberto referente aos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro.  
(g) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO.  
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(36.281)	(24.384)
Adições	(22.374)	(39.888)
Baixa	10.525	10.466
Reversões	299	17.525
Saldo no fim do exercício	(47.831)	(36.281)

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Saldo vencido		Saldo não vencido	
	< 30 dias	> 30 dias	< 30 dias	> 30 dias
31 de dezembro de 2018	448.892	(47.831)	309.723	41.808.14.000.16.324
31 de dezembro de 2017	376.213	(36.281)	252.927	42.771.4.723.2.392

\* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não foi constituído a PECLD, pois se refere basicamente às gratuidades do METRÓRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$23.765 e R\$17.730 respectivamente, conforme explicado anteriormente.  
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		31 de dezembro de 2018	
	< 30 dias	> 30 dias	< 121 dias	> 151 dias
Empresas	—	—	—	—
METRÓRIO	(10.129)	—	(65)	(100)
GRU AIRPORT	(37.701)	—	(177)	(204)
Total	(47.830)	—	(242)	(304)

**6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social(a)	7.767	7.156	20.185	24.965
Saldo negativo do Imposto de renda e contribuição social(b)	5.310	3.386	5.754	2.272
PIS e COFINS(c)	—	—	36.406	49.729
Outros	—	—	502	1.502
Circulante	13.077	10.542	62.848	78.468
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS(c)	—	—	5.723	48
Não circulante	—	—	391.236	410.974
Total	—	—	396.959	411.022

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.  
(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.  
(c) Os créditos de PIS e COFINS de GRU e METRÓRIO decorrem, substancialmente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente. Os valores dos créditos são R\$539.471 e R\$6.060, respectivamente.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)**

Natureza	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	807.369	568.507
Base negativa da CSLL	290.673	204.662
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	13.918	11.841
Participação nos lucros e resultado (PLR)	7.243	7.750
Provisão para riscos processuais	9.799	9.493
Provisão de fornecedor	22.883	19.692
Outros	12.262	14.645
Total do ativo fiscal diferido	164.146	836.590
Amortização de Outorga	(642.712)	(688.864)
Custo de captação	(13.679)	(15.585)
Margem de Construção	(40.470)	(43.053)
Juros capitalizados (*)	(36.235)	(34.296)
AVP - Amortização de outorga	(141.873)	(173.666)
Outros	(15.077)	(6.422)
Total do passivo fiscal diferido	(890.046)	(961.886)
Total	274.100	(125.296)
Impostos diferidos – Ativo	285.355	45.442
Impostos diferidos – Passivo	(46.420)	(170.738)

(\*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a VIAO40 tomou devedibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$539.471, R\$5.902 e R\$6.060, respectivamente. O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos nas controladas GRU AIRPORT, CART, VIAO40 e METROBARRA totalizam os montantes de R\$1.106.259, R\$310.493, R\$89.555 e R\$43.203, respectivamente. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	2.760	—
2020	2.036	—
2021	12.579	—
2022	42.637	—
2023	67.649	—
2024 a 2026	290.271	—
2027 e 2028	746.215	—
Total dos ativos fiscais diferidos	1.164.147	—
Total dos passivos fiscais diferidos	(890.046)	—
Total dos impostos diferidos	274.101	—

**c) Tributos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS	1.829	1.589	33.899	29.546
ISS	38	17	16.648	15.231
IRRF e CSRF	284	149	4.475	4.628
INSS sobre terceiros	15	12	3.207	2.513
Outros	—	—	388	776
Circulante	2.166	1.813	82.116	69.746
Imposto de renda e contribuição social (*)	—	—	4.892	9.286
PIS e COFINS (**)	—	—	187	886
Não circulante	—	—	5.079	10.172

\* Tributos parcelados e Incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE, oriundos da controlada CLN.  
\*\* PIS e COFINS sobre gratuidades e depósitos judiciais de PIS e COFINS, oriundos da controlada METRÓRIO.

**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(323.849)	(481.615)	(731.584)	(696.536)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	110.109	163.749	248.738	236.822
Adições permanentes	(6.370)	(7.067)	(9.416)	(13.576)
Exclusões permanentes	—	—	3.869	3.192
Equivalência patrimonial	(53.829)	(145.167)	(52)	(59)
IF/CSS diferidos não constituídos	(49.910)	(11.515)	(243.743)	(386.672)
Outros	—	—	298.095	(122)
Total dos impostos no resultado	—	—	297.490	(160.946)
Impostos correntes	—	—	(66.742)	(63.293)
Impostos diferidos	—	—	364.232	(97.653)
Total	—	—	297.490	(160.946)

**7. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstinha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorser para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular e que seu interesse conflite com o da Companhia. Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

**Composição**

	Controladora		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	dez/18	dez/17
Ativo	148	110.75	—	—
Passivo	—	—	22.842	—

Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante		Passivo		Resultado
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	—	—	—	22.842	—
LAMSA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	1.877	—	—	—	—
GRUPAR	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	9.574	—	—	—	—
VIAO40	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	—	75.009	—	—	—
CART	Compartilhamento de Despesas (a)						



Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Aumento de capital e AFAC	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2018 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas</b>										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	119.118	-	-	-	117.312	(99.719)	136.711
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	74.500	-	-	-	12.840	(3.660)	83.680**
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	533.699	175.500	-	(201)	(90.500)	-	618.948
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	24.755	-	(10.000)	-	(5.135)	-	9.620
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.343.855	-	-	-	11.060	(2.554)	1.352.361
METROBARRA	100,00	1.176.824.854	-	128.441	39.947	-	-	7.074	-	175.462
VIAO40	100,00	805.998.646	-	528.349	162.050	-	-	(134.328)	-	556.071
				2.752.717	377.497	(10.000)	(201)	(81.327)	(105.933)	2.932.853

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Aumento de capital e AFAC	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2018 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas em conjunto</b>										
VIÁRIO	33,34	120.569.852	-	50.004	-	-	-	(6.879)	-	43.125
CBN	50,00	183.879.853	-	134.732	4.500	-	-	1.291	-	140.523
CRA	50,00	70.719.454	-	28.026	-	-	-	(7.090)	-	20.936
				212.762	4.500	-	-	(12.678)	-	204.584*

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Aumento de capital e AFAC	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2018 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Coligadas</b>										
VLT	24,93	295.802.212	-	52.739	-	-	-	2.683	-	55.422
CRT	24,92	17.994	3.550	57.021	-	(4.346)	9.841	(14.170)	(40.346)	103.768*
				109.760	-	(4.346)	12.524	(14.170)	-	103.768*

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Aumento de capital e AFAC	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2018 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Operações descontinuadas</b>										
PEX	100,00	31.798.778	-	796	-	-	-	(108)	-	688
				796	-	-	-	(108)	-	688

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Aumento de capital e AFAC	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2018 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas</b>										
GRUPAR	80,00	342.289.340.867	-	(305.291)	-	-	-	(76.829)	-	(382.120)
				(305.291)	-	-	-	(76.829)	-	(382.120)
				Saldo em 31/12/2017				Saldo em 31/12/2018		
				53.564				53.564**		

(\*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.  
 (\*\*) Montante pago a título de adiantamento pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.  
 (\*\*\*) Inclui AFAC da CLN no montante de R\$15.711.  
 Em 31 de dezembro de 2018, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R\$4.079 e R\$12.676 respectivamente.

**Impairment - VLT**  
 A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia investida como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada dos imobilizados e intangíveis do VLT; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) e; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA).  
 As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,7% a.a.; taxa de inflação (IPCA) de 4,1% em 2019, alcançando 3,8% no longo prazo;

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2016 Investimentos	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2017 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas</b>										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	106.420	-	-	-	96.274	(83.576)	119.118
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	65.263	-	-	-	12.898	(3.661)	74.500
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	517.304	222.500	-	(201)	(205.904)	-	533.699
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	395.669	-	(397.953)	-	27.039	-	24.755
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.349.923	-	-	-	(6.068)	-	1.343.855
METROBARRA	100,00	888.390.925	-	125.870	69.900	-	-	(67.329)	-	128.441
VIAO40	100,00	706.866.817	-	402.816	138.690	-	-	(13.157)	-	528.349
				2.963.265	431.090	(397.954)	(201)	(156.247)	(87.237)	2.752.717

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2016 Investimentos	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2017 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controladas em conjunto</b>										
VIÁRIO	33,34	120.569.852	-	67.396	-	-	-	(17.392)	-	50.004
CBN	50,00	177.571.632	-	106.845	15.000	-	-	12.887	-	134.732
CRA	50,00	70.719.454	-	35.246	-	-	-	(7.220)	-	28.026
				209.487	15.000	-	-	(11.725)	-	212.762

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2016 Investimentos	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2017 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Coligada</b>										
VLT	24,93	295.802.212	-	55.857	-	-	-	(3.118)	-	52.739
CRT	24,92	17.994	3.550	65.154	-	(4.346)	10.495	(14.282)	(40.346)	109.760
				121.011	-	(4.346)	10.495	(14.282)	-	109.760
<b>Operações descontinuadas</b>										
PEX	100,00	31.798.778	-	1.811	-	-	-	(1.015)	-	796
				1.811	-	-	-	(1.015)	-	796

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2016 Investimentos	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31/12/2017 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
<b>Controlada</b>										
GRUPAR	80,00	342.289.340.867	-	(396.302)	357.377	-	-	(266.366)	-	(305.291)
				(396.302)	357.377	-	-	(266.366)	-	(305.291)
				Saldo em 31/12/2016				Saldo em 31/12/2017		
				53.564				53.564*		

(\*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.  
 (\*\*) Montante pago a título de adiantamento pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.  
 (\*\*\*) Inclui AFAC da CLN no montante de R\$15.711.  
 Em 31 de dezembro de 2017, o ágio registrado na aquisição dos investimentos na CART e CRT montam R\$4.280 e R\$17.022, respectivamente.

**a) Informações sobre os investimentos da controladora**  
 Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da INVEPAR.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2018

Empresas	Receta líquida de serviços	Receta de construção	Custos/ Despesas de serviço	Custo de construção	Provisão de manutenção	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	Impostos	Resultado líquido	Participação da Invepar %	
											Rodovias
	CLN	56.104	-	(36.529)	-	-	(4.147)	(56)	(1.348)	14.024	91,49
	CART	321.055	141.554	(133.309)	(140.152)	(24.079)	(97.750)	(161.484)	4.115	(90.050)	100
	CBN	131.594	59.711	(49.161)	(59.117)	-	(43.033)	(34.061)	(3.352)	2.581	50
	CRT	234.378	24.304	(76.209)	(24.304)	-	(52.233)	(45.490)	(20.956)	39.490	24,92
	CRA	46.471	2.695	(29.054)	(2.669)	(1.846)	(9.731)	(18.375)	(1.671)	(14.180)	50
	LAMBRA	25.294	-	(578)	-	-	1.481	(6.039)	(5.135)	100	100
	VIÁRIO	125.294	1.357	(41.193)	(1.357)	(2.338)	(28.720)	(83.973)	10.296	(20.632)	33,34
	VIAO40	330.449	79.143	(290.909)	(78.359)	(4.250)	(65.255)	(103.025)	(2.120)	(134.328)	100
	PEX	-	-	(179)	-	-	71	-	-	(108)	100

Empresas	Receta líquida de serviços	Receta de construção	Custos/ Despesas de serviço	Custo de construção	Provisão de manutenção	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	Impostos	Resultado líquido	Participação da Invepar %	
											Mobilidade Urbana
	METROBARRA	189.810	-	(50.373)	-	-	(60.394)	(104.388)	32.419	7.074	100
	VLT	169.940	-	(88.225)	(110.324)	-	(2.872)	(64.065)	(5.627)	10.756	24,93

Empresas	Receta líquida de serviços	Receta de construção	Custos/ Despesas de serviço	Custo de construção	Provisão de manutenção	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	Impostos	Resultado líquido	Participação da Invepar %	
											Aeroportos
	Guarulhos	2.024.656	-	(634.431)	-	-	(828.185)	(1.076.586)	326.330	(188.216)	40,80*

(\*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

Empresas	Receta líquida de serviços	Receta de construção	Custos/ Despesas de serviço	Custo de construção	Provisão de manutenção	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	Impostos	Resultado líquido	Participação da Invepar %
	CLN	25.318	114.565	22.735	24.685	92.463	100			
	CART	40.419	2.319.655	226.053	1.519.154	614.868	100			
	CBN	13.191	997.508	47.815	681.835	281.050	50			
	CRT	46.287	156.705	34.742	27.168	141.083	24,92			
	CRA	18.687	244.935	17.742	204.008	41.872	50			
	LAMBRA	36.020	-	21.053	3.483	11.483	100			
	VIÁRIO	67.843	974.242	34.811	877.921	129.352	33,34			
	VIAO40	49.669	1.549.886	965.904	77.580	556.070	100			
	PEX	2.900	42	2.155	97	690	100			

Empresas
----------



as novas condições econômico-financeiras da concessão, que vigorará até a assunção do novo concessionário, ainda dependerá da regulamentação da Lei nº 13.448/2017. Nesta mesma linha, a ANTT emitiu parecer favorável ao pleito de relicitação formulado pela VIA040, conforme consta no Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo nº 034.459/2017-0, em 27 de setembro de 2017. Igualmente, verifica-se que o Plenário do referido Tribunal reconheceu a relevância da relicitação, de modo a assegurar que os usuários continuem usufruindo das condições de conforto e segurança inerentes ao trecho concedido.

Em que pesem as manifestações acima, diante da omissão do Poder Executivo quanto à regulamentação da relicitação e da ausência de decisão do Poder Concedente quanto aos pleitos de reequilíbrio formulados pela VIA040, a fim de mitigar a exposição da VIA040 quanto às obrigações de investimento que não estão sendo executadas, em 20 de julho de 2018, a VIA040 ajuizou ação cautelar antecedente a processo arbitral com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e a redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento de parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até o pronunciamento do Tribunal Arbitral. A decisão que deferiu a liminar foi proferida no dia 24 de agosto de 2018 e o processo arbitral foi instaurado no dia 18 de setembro de 2018.

Em 27 de agosto de 2018, a ANTT foi intimada acerca da decisão e, em 11 de setembro de 2018, contra a referida decisão, a ANTT interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, o qual foi indeferido, após deliberação do juízo arbitral ou até que se resolva a pendência administrativa de relicitação.

Em 14 de setembro de 2018, através do Ofício nº 353/2018/SUINF, a ANTT formalizou o indeferimento do pleito de relicitação por ausência de regulamentação por parte do Poder Concedente, ressalvando a possibilidade de eventual reapresentação, quando da publicação da regulamentação, conforme segue: "Todavia, até o presente momento, o Poder Executivo não publicou ato específico disciplinando o referido artigo, fato que atualmente inviabiliza prosseguimento e eventual formalização da avença. Nesse sentido, comunicamos o indeferimento do pleito de relicitação apresentado pela Concessionária BR-040 S/A - VIA040 e seus acionistas não poderão participar do novo leilão do trecho concedido por advento da relicitação e, até que se defina um novo vencedor do leilão e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a VIA040 manterá os serviços prestados conforme os níveis de serviços a serem regulados por um aditivo contratual a ser firmado entre a ANTT e a VIA040.

Diante desse cenário, como ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis, a Administração da VIA040 adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações.

**9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**  
A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupadas da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018**

	31/12/2018					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding			
Receita líquida de serviços	97.789,3	943.527	2.024.656	-	-	-	3.946.077
Receita de construção	223.529	-	-	-	-	-	223.529
Custo de serviços prestados	1.201.422	943.527	2.024.656	-	-	-	4.169.606
Custo de construção	(514.023)	(534.927)	(1.340.555)	-	-	-	(2.389.505)
Lucro bruto	466.083	408.601	684.102	-	-	-	1.558.786
Despesas gerais e administrativas	(143.607)	(223.488)	(136.005)	(53.714)	-	-	(556.814)
Equivalência patrimonial	-	-	(95.991)	(158.320)	254.157	-	(153)
Outras receitas operacionais	(83.135)	18.186	13.666	(25.002)	-	-	(76.285)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	239.341	203.299	465.772	(237.035)	254.157	-	925.533
Receitas financeiras	78.257	46.914	35.140	167.908	(67.915)	-	260.304
Despesas financeiras	(359.561)	(261.987)	(1.111.492)	(254.830)	70.359	-	(1.917.421)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.964)	(11.684)	(610.580)	(323.957)	256.601	-	(731.584)
Imposto de renda e contribuição social	(58.659)	29.819	326.330	-	-	-	297.489
Correntes	(62.993)	(3.749)	-	-	-	-	(66.742)
Diferidos	4.334	39.567	326.330	-	-	-	364.231
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(100.623)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.094)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda	(100.731)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.203)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(92.221)	-	(18.024)	-	(110.247)
Atribuível aos acionistas controladores	(100.731)	18.134	(192.029)	(323.957)	274.625	-	(323.957)
Informações complementares:							
Depreciação e amortização	(188.799)	(196.826)	(828.185)	(5.820)	-	-	(1.219.630)
Provisão para manutenção	(28.329)	-	-	-	-	-	(28.329)
Adição ao imobilizado	4.166	53.493	125	1.396	-	-	59.179
Adição ao intangível	294.015	95.749	357.034	7.447	-	-	754.246

(\*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017**

	31/12/2017					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding			
Receita líquida de serviços	97.789,3	943.527	2.024.656	-	-	-	3.946.077
Receita de construção	223.529	-	-	-	-	-	223.529
Custo de serviços prestados	1.201.422	943.527	2.024.656	-	-	-	4.169.606
Custo de construção	(514.023)	(534.927)	(1.340.555)	-	-	-	(2.389.505)
Lucro bruto	466.083	408.601	684.102	-	-	-	1.558.786
Despesas gerais e administrativas	(143.607)	(223.488)	(136.005)	(53.714)	-	-	(556.814)
Equivalência patrimonial	-	-	(95.991)	(158.320)	254.157	-	(153)
Outras receitas operacionais	(83.135)	18.186	13.666	(25.002)	-	-	(76.285)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	239.341	203.299	465.772	(237.035)	254.157	-	925.533
Receitas financeiras	78.257	46.914	35.140	167.908	(67.915)	-	260.304
Despesas financeiras	(359.561)	(261.987)	(1.111.492)	(254.830)	70.359	-	(1.917.421)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.964)	(11.684)	(610.580)	(323.957)	256.601	-	(731.584)
Imposto de renda e contribuição social	(58.659)	29.819	326.330	-	-	-	297.489
Correntes	(62.993)	(3.749)	-	-	-	-	(66.742)
Diferidos	4.334	39.567	326.330	-	-	-	364.231
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(100.623)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.094)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda	(100.731)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.203)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(92.221)	-	(18.024)	-	(110.247)
Atribuível aos acionistas controladores	(100.731)	18.134	(192.029)	(323.957)	274.625	-	(323.957)
Informações complementares:							
Depreciação e amortização	(188.799)	(196.826)	(828.185)	(5.820)	-	-	(1.219.630)
Provisão para manutenção	(28.329)	-	-	-	-	-	(28.329)
Adição ao imobilizado	4.166	53.493	125	1.396	-	-	59.179
Adição ao intangível	294.015	95.749	357.034	7.447	-	-	754.246

(\*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018**

	31/12/2018					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding			
Receita líquida de serviços	97.789,3	943.527	2.024.656	-	-	-	3.946.077
Receita de construção	223.529	-	-	-	-	-	223.529
Custo de serviços prestados	1.201.422	943.527	2.024.656	-	-	-	4.169.606
Custo de construção	(514.023)	(534.927)	(1.340.555)	-	-	-	(2.389.505)
Lucro bruto	466.083	408.601	684.102	-	-	-	1.558.786
Despesas gerais e administrativas	(143.607)	(223.488)	(136.005)	(53.714)	-	-	(556.814)
Equivalência patrimonial	-	-	(95.991)	(158.320)	254.157	-	(153)
Outras receitas operacionais	(83.135)	18.186	13.666	(25.002)	-	-	(76.285)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	239.341	203.299	465.772	(237.035)	254.157	-	925.533
Receitas financeiras	78.257	46.914	35.140	167.908	(67.915)	-	260.304
Despesas financeiras	(359.561)	(261.987)	(1.111.492)	(254.830)	70.359	-	(1.917.421)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.964)	(11.684)	(610.580)	(323.957)	256.601	-	(731.584)
Imposto de renda e contribuição social	(58.659)	29.819	326.330	-	-	-	297.489
Correntes	(62.993)	(3.749)	-	-	-	-	(66.742)
Diferidos	4.334	39.567	326.330	-	-	-	364.231
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(100.623)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.094)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda	(100.731)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.203)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(92.221)	-	(18.024)	-	(110.247)
Atribuível aos acionistas controladores	(100.731)	18.134	(192.029)	(323.957)	274.625	-	(323.957)
Informações complementares:							
Depreciação e amortização	(188.799)	(196.826)	(828.185)	(5.820)	-	-	(1.219.630)
Provisão para manutenção	(28.329)	-	-	-	-	-	(28.329)
Adição ao imobilizado	4.166	53.493	125	1.396	-	-	59.179
Adição ao intangível	294.015	95.749	357.034	7.447	-	-	754.246

(\*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017**

	31/12/2017					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding			
Receita líquida de serviços	97.789,3	943.527	2.024.656	-	-	-	3.946.077
Receita de construção	223.529	-	-	-	-	-	223.529
Custo de serviços prestados	1.201.422	943.527	2.024.656	-	-	-	4.169.606
Custo de construção	(514.023)	(534.927)	(1.340.555)	-	-	-	(2.389.505)
Lucro bruto	466.083	408.601	684.102	-	-	-	1.558.786
Despesas gerais e administrativas	(143.607)	(223.488)	(136.005)	(53.714)	-	-	(556.814)
Equivalência patrimonial	-	-	(95.991)	(158.320)	254.157	-	(153)
Outras receitas operacionais	(83.135)	18.186	13.666	(25.002)	-	-	(76.285)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	239.341	203.299	465.772	(237.035)	254.157	-	925.533
Receitas financeiras	78.257	46.914	35.140	167.908	(67.915)	-	260.304
Despesas financeiras	(359.561)	(261.987)	(1.111.492)	(254.830)	70.359	-	(1.917.421)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.964)	(11.684)	(610.580)	(323.957)	256.601	-	(731.584)
Imposto de renda e contribuição social	(58.659)	29.819	326.330	-	-	-	297.489
Correntes	(62.993)	(3.749)	-	-	-	-	(66.742)
Diferidos	4.334	39.567	326.330	-	-	-	364.231
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(100.623)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.094)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda	(100.731)	18.134	(284.250)	(323.957)	256.601	-	(434.203)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(92.221)	-	(18.024)	-	(110.247)
Atribuível aos acionistas controladores	(100.731)	18.134	(192.029)	(323.957)	274.625	-	(323.957)
Informações complementares:							
Depreciação e amortização	(188.799)	(196.826)	(828.185)	(5.820)	-	-	(1.219.630)
Provisão para manutenção	(28.329)	-	-	-	-	-	(28.329)
Adição ao imobilizado	4.166	53.493	125	1.396	-	-	59.179
Adição ao intangível	294.015	95.749	357.034	7.447	-	-	754.246

(\*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018**

	31/12/2018					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding			
Receita líquida de serviços	97.789,3	943.527	2.024.656	-	-	-	3.946.077
Receita de construção	223.529	-	-	-	-	-	223.529
Custo de serviços prestados	1.201.422	943.527	2.024.656	-	-	-	4.169.606
Custo de construção	(514.023)	(534.927)	(1.340.555)	-	-	-	(2.389.505)
Lucro bruto	466.083	408.601	684.102	-	-	-	1.558.786
Despesas gerais e administrativas	(143.607)	(223.488)	(136.005)	(53.714)	-	-	(556.814)
Equivalência patrimonial	-	-	(95.991)	(158.320)	254.157	-	(153)
Outras receitas operacionais	(83.135)	18.186	13.666	(25.002)	-	-	(76.285)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	239.341	203.299	465.772	(237.035)	254.157	-	925.533
Receitas financeiras	78.257	46.914	35.140	167.908	(67.915)	-	260.304
Despesas financeiras	(359.561)	(261.987)	(1.111.492)	(254.830)	70.359	-	(1.917.421)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(41.964)	(11.684)	(610.580)	(323.957)	256.601	-	(731.584)
Imposto de renda e contribuição social	(58.659)	29.					





**19. RESULTADO POR AÇÃO**

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básicos e diluído por ação:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(107.939)	(215.910)	(323.849)	(160.522)	(321.093)	(481.615)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,755)	(0,755)		(1,122)	(1,122)	

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais (-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	126	253	379	(254)	(508)	(761)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(107.813)	(215.658)	(323.470)	(160.776)	(321.601)	(482.376)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,754)	(0,754)		(1,124)	(1,124)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações.

**20. SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/LAMBRA/GRU/GRUPAR/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA/VIA040)	D&O	100.000	20/03/2018	04/05/2019	XL Seguros
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/METROBARRA/VIA040)	RO	280.000	01/08/2018	01/08/2019	TOKIO
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/METROBARRA/VIA040)	RCG	100.000	01/08/2018	01/08/2019	TOKIO
LAMSA/INVEPAR	AUTO FROTA GARANTIA	TABELA FIPE	29/11/2018	29/11/2019	SOMPO
LAMSA	CONCESSÃO	26.206.891	18/12/2018	19/12/2019	AUSTRAL
METRO RIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2018	31/12/2019	SOMPO
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000	28/02/2019	28/02/2020	SURA
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	36	22/02/2019	22/02/2021	TOKIO
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	6.964	14/07/2015	14/07/2019	TOKIO
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	422	23/11/2016	23/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	617	25/11/2016	25/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	584.505	29/08/2018	29/08/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	3.209	10/10/2017	25/09/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	2.823	28/09/2017	28/09/2022	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	1.716	08/11/2016	08/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	TRANS.INTIMP	US 3.000	28/02/2019	28/02/2020	SURA
CART	CONCESSÃO	24.403	16/03/2019	16/03/2020	FATOR
CART	GARANTIA				
CART	CONCESSÃO	136.146	16/03/2019	16/03/2020	FATOR
CART	AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/08/2018	24/08/2019	ITAÚ
CLN	GARANTIA	6.643	23/02/2019	23/02/2020	POTTENCIAL
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2018	20/10/2019	SOMPO
GRU AIRPORT	AUTO FROTA	DIVERSOS	24/05/2018	24/05/2019	TOKIO
GRU AIRPORT	RO	1.600.000	24/05/2018	24/05/2019	TOKIO
GRU AIRPORT	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2018	24/05/2019	ALLIANZ
GRU AIRPORT	AEROP.	USD 500.000	24/05/2018	24/05/2019	MAPFRE
GRU AIRPORT	GARANTIA				
GRU AIRPORT	CONCESSÃO	293.334	04/06/2018	04/06/2019	FATOR
GRU AIRPORT	GARANTIA				
GRU AIRPORT	CONCESSÃO	358.519	04/06/2018	04/06/2019	POTTENCIAL
VIA040	FIANÇÁ LOCALITÁRIA	584.505	29/08/2018	29/08/2019	POTTENCIAL
VIA040	FIANÇÁ LOCALITÁRIA	904.850	30/10/2018	30/10/2019	POTTENCIAL
VIA040	AUTO FROTA	TABELA FIPE	18/09/2018	18/09/2019	ITAÚ
VIA040	CONCESSÃO	567.545	20/03/2018	20/03/2020	POTTENCIAL
CBN	RO	250.000.000	29/12/2018	29/06/2020	AXA
CBN	RCG	50.000.000	17/08/2018	29/12/2019	TOKIO
CBN	GARANTIA				
CBN	CONCESSÃO	34.444.800	18/08/2018	18/08/2019	POTTENCIAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2018	30/09/2019	TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	30/06/2018	30/06/2019	AXA
CBN	GARANTIA				
CRA	CONCESSÃO	34.149.691	04/12/2018	04/12/2019	SEGURADORA
CRA	RCG	50.000.000	29/06/2018	29/12/2019	TOKIO
CRA	RO	135.000.000	29/12/2018	29/06/2020	AXA
CRA	D&O	20.000	08/06/2018	08/06/2019	AXA
CRT	RO	65.000.000	11/07/2018	11/07/2019	AIG
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/01/2019	30/01/2020	TOKIO
CRT	GARANTIA				
CRT	CONCESSÃO	29.550.120	22/11/2018	22/11/2019	SEGURADORA
CRT	RCG	10.000.000	12/09/2018	12/09/2019	FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000	01/01/2019	01/01/2020	CHUBB
VIARIO	RCG	61.787	09/07/2018	09/07/2019	CHUBB
VIARIO	RO	280.000.000	09/07/2018	09/07/2019	CHUBB
VIARIO	GARANTIA				
VIARIO	CONCESSÃO	42.430	15/07/2018	15/07/2019	J.Maluçelli
VLT	RO	437.879.000	25/08/2018	25/08/2019	CHUBB
VLT	RCG	100.000.000	04/06/2018	04/06/2019	TOKIO
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2018	30/06/2019	CHUBB
VLT	RE	40.028.000	31/01/2014	30/06/2019	ZURICH
VLT	RCOBRAS	55.163.000	10/10/2014	30/06/2019	FAIRFAX
VLT	GARANTIA				
METRO BARRA	CONCESSÃO	160.535.030	23/06/2018	23/06/2019	J. MALUCELLI
METRO BARRA	RCOBRAS	11.000.000	31/08/2018	26/04/2019	CHUBB

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e 2017. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Controladora		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	250.746	-	616.657	-
Aplicações financeiras	-	429.093	9.170	323.611
Partes relacionadas	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	42.650	71.207	27.552	39.204
Dividendos e JSCP propostos	-	-	-	39.204
Total do ativo	293.395	500.300	653.379	362.815
Passivos				
Fornecedores	-	-	4.845	-
Partes relacionadas	-	1.353	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.227.231	-	1.104.879
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	30.859
Obrigações com empregados e administradores	-	38.808	-	30.859
Total do passivo	-	1.301.607	-	1.163.424

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos riscos de risco abaixo descritos:

**a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**  
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**• Caixa a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

**• Empréstimos, financiamentos**

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo, exceto nas Controladas CART e GRU AIRPORT, as debêntures em 31 de dezembro de 2018 tinham, respectivamente, os valores de R\$943.537 e R\$682.291 (R\$906.012 e R\$710.025 em 31 de dezembro de 2017).

**• Concessão de serviço público**

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

**• Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de

oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

**c) Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5. d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de hedge que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por hedge por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de hedge, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do hedge de modo a maximizar a eficácia do hedge. O grupo mantém cobertura (hedge) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando swaps de moedas e contratos cambiais a termo.

**Em aberto**

**INVEPAR**

31/12/2018	31/12/2017
<b>Tipo da operação</b>	<b>Banco</b>
SWAP	CITIBANK
SWAP	BRASESCO
SWAP	SANTANDER

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
225.000	Dólar
50.000	Dólar
50.000	Dólar

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
3,94	29.462
3,94	6.834
3,94	6.554
Ativo circulante	42.650

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
650.000	Dólar
-	-

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
3,94	(50.268)
-	(50.268)

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
201.566	Dólar
-	-

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
3,35	27.552
Ativo circulante	27.552

**METRORIO**

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
120.000	Dólar
-	-

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
-	(20.311)
Passivo circulante	(20.311)

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
35.714	USD/CDI
-	-

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
n/a	1.534
Ativo circulante	1.534

31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Base</b>	<b>Moeda</b>
50.000	Dólar
50.000	Dólar

31/12/2018	31/12/2017
<b>Preço de exercício em Reais</b>	<b>Ajuste a mercado em Reais</b>
n/a	(1.632)
n/a	(3.065)
Passivo circulante	(4.697)

<



O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá ser revertido em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2018, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

#### 25. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX.

Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos reclassificados no exercício:

BALANÇO PATRIMONIAL PEX					
	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.220	2.383	Fornecedores	31	31
Contas a receber	472	472	Obrigações com empregados e administradores	1	1
Impostos a recuperar	120	105	Adiantamentos de clientes	2.123	2.130
Adiantamentos	1	1	Outros	10	11
Outros	86	54	Total do passivo circulante	2.165	2.173
Total do ativo circulante	2.899	3.015	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Parte Relacionada	42	42	Capital social	13.140	13.140
Total do ativo não circulante	42	42	Resultado acumulado	(12.344)	(11.329)
<b>TOTAL</b>					
	<b>2.941</b>	<b>3.057</b>	Resultado do período	(108)	(1.015)
			Total do patrimônio líquido	688	796
			<b>TOTAL</b>	<b>2.941</b>	<b>3.057</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PEX

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de serviços	-	-
Receita de construção	-	-
Custo de serviços prestados	(25)	(366)
Custo de construção	-	-
Lucro bruto	(25)	(366)
Despesas gerais e administrativas	(153)	(779)
Outras receitas operacionais	-	(29)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(178)	(1.174)
Receitas financeiras	135	244
Despesas financeiras	(65)	(85)
Prejuízo líquido do período	(108)	(1.015)

#### 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

##### a) INVEPAR

i. Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia foi informada pela agência de classificação de riscos S&P Global Ratings sobre a revisão dos ratings da Companhia, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures") de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para as controladas CART e METROBARRA, que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil. Os ratings da Companhia e das suas controladas CART e METROBARRA permanecem em CreditWatch negativo. Como consequência do rebaixamento, a Administração da Companhia iniciou os procedimentos aplicáveis e previstos nas escrituras das emissões visando a minimizar impactos frente aos debenturistas, de forma a não ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures, conforme detalhado na nota explicativa 1.

ii. Em 27 fevereiro de 2019, foi aprovada em Assembleia a 5ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia real adicional, em série única, no montante total de até R\$1.370.000 com vencimento de 24 meses contados da data de emissão.

iii. Em 13 de março de 2019, foi encerrada a participação da Companhia na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10ª Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Companhia e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.

iv. Em 26 de março de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 3ª emissão de debêntures da INVEPAR, na qual foi deliberado pelo não vencimento antecipado das debêntures.

##### b) VLT

Em 20 junho de 2018, foi publicado no Diário Oficial do Município a deliberação CPFPG nº660 bloqueando de forma retroativa, a partir do dia 15 de junho de 2018, pagamentos de despesas correntes da Prefeitura do Rio de Janeiro, o que comprometeu o adimplimento do Poder Concedente com a Concessionária no ano de 2018. Ademais, o Poder Concedente mantém o quadro de inadimplimento no exercício de 2019. Tal cenário impactou o caixa da VLT resultando no inadimplimento com muitos de seus fornecedores, bem como na insuficiência de caixa para quitar as parcelas do BNDES com vencimento em janeiro e fevereiro de 2019. Tais parcelas foram liquidadas com o resgate da conta reserva realizado pelo banco depositário, conforme o mecanismo de garantia previsto no contrato de financiamento e de cessão fiduciária do BNDES. Adicionalmente, o saque da conta reserva para quitação da parcela de janeiro foi recomposto com recursos sacados da conta suporte dos acionistas.

Para a regularização dos inadimplimentos do Poder Concedente, bem como para a operacionalização da garantia subsidiária prevista no Contrato de Concessão, no seu primeiro termo aditivo e no Decreto Municipal nº 43.778/2017 foi acordado entre a Concessionária e o Poder Concedente um memorando de entendimentos, que embora tenha sido objeto de diversas tratativas, culminando na aprovação da minuta pelas partes, até o momento não foi assinado pelo Poder Concedente. Por esta razão, em 27 de fevereiro de 2019, a Concessionária impetrou um Mandado de Segurança, com pedido de liminar (processo nº 0047858-58.2019.8.19.001) contra ato omissivo do Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e dos Ilmos. Srs. Secretário Municipal da Fazenda, Subsecretário de Projetos Estratégicos e Diretor Presidente da CDURP, para que referidas autoridades coatoras ultimes todos os atos necessários para implementar a vinculação de receitas patrimoniais do Poder Concedente e operacionalizar o mecanismo de garantia subsidiária.

O Decreto Municipal nº 43.778/2017 determinou a vinculação de receitas patrimoniais da Prefeitura do Rio de Janeiro a título de garantia pública subsidiária no âmbito do Contrato de Concessão do VLT.

TITULAR	DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
	CARGO		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
Erik da Costa Breyer	Diretor Presidente		Renato Proença Lopes (Presidente)	Ricardo Carvalho Giambroni	Sidney Passeri	Telma Suzana Mezia
Enio Stein Júnior	Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores		Arnaldo José Vollet	Fernando Manuel Pereira Afonso Ribeiro	Luiz Henrique Muller (Presidente)	VAGO
Pedro Augusto Cardoso da Silva	Diretor Vice-Presidente de Engenharia		Paulo Cesar Cândido Werneck	Jorge Ricardo de Carvalho Nobre	Edison Carlos Fernandes	Mauro César Medeiros de Mello
Júlio César Fonseca	Diretor Vice-Presidente de Recursos Humanos		Renato Augusto Zagallo Vilela dos Santos	Andrea Morata Videira	Tiago de Cerqueira Souza	VAGO
Túlio Toledo Abi-Saber	Diretor Vice-Presidente de Rodovias		Ronaldo Del Buono Ramos	VAGO		
Eduardo Marques de Almeida Dantas	Diretor Vice-Presidente de Novos Negócios e Estratégia		Maria Carmen Westerlund Montera	VAGO		
			Josedir Barreto dos Santos	Felippe do Prado Padovani		
			Fabio Hori Yonamine	VAGO		

CONTADOR - Marcos Paulo da Silva - CRC-RJ 094921/O

CONTROLLER CORPORATIVO - Leandro Ferreira Gonçalves

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 27 de março de 2019, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício e o estudo técnico de viabilidade que suporta a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em observância ao disposto no artigo 163, incisos II, III e VII da Lei nº 6.404/76, e artigos 2º, inciso II e 4º, ambos da Instrução CVM 371/02. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem ressalvas pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos

acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Luiz Henrique Muller - Presidente  
Edison Carlos Fernandes  
Tiago de Cerqueira Souza  
Sidney Passeri

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**  
Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº 1.a., 13 e 14 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 323.957 mil (individual) e de R\$ 434.203 mil (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, nessa data, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 415.629 mil e R\$ 2.601.471 mil, respectivamente, causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante individual e consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$ 787.909 mil e R\$ 3.672.828 mil, respectivamente. Adicionalmente, também chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1.a., que informa que, em consequência a este cenário acrescido das incertezas inerentes a aproximação do prazo de vencimento de dívida na INVEPAR, conforme Notas Explicativas nº 13 e 26.a subitem (iii), a partir de 11 de fevereiro de 2019, as controladas Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - (CART) e MetroBarra S.A. descumpriam cláusula de "covenants" das suas debêntures relacionada ao rebaixamento da sua classificação de risco. Em função desse rebaixamento, essas controladas estão sujeitas a cláusulas restritivas de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES poderá, também, decretar o vencimento antecipado dos contratos do Grupo Invepar, caso a CART e/ou MetroBarra não obtenham o "waiver" Em 31 de dezembro de 2018, esses eventos e condições, a não obtenção do "waiver" junto aos credores juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Ênfases**  
**Procedimento arbitral em controlada – CART**  
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 15 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a Administração da controlada, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, estimaram a parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizaram as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela controlada com a probabilidade de êxito. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Relicitação do contrato de concessão – Via O40**  
Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a e 8.o., onde em 11 de setembro de 2017 a Administração da controlada Concessionária BR-040 S.A. - VIA O40 informa que protocolo junto à ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente), ao Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil (MTPA) e Programa de Investimentos em Logística ("PIL"), o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Diante da indefinição quanto à regulamentação da relicitação, em 20 de julho de 2018, a Controlada ajizou ação cautelar com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e de redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento a parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até a conclusão do processo de relicitação. Em 24 de agosto de 2018, foi concedida liminar a ação cautelar protocolada. Adicionalmente, no dia 18 de setembro de 2018, a Via O40 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida. Dessa forma, até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, como ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis, a Administração da controlada adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e "Ênfases", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível e imobilizado relacionados a concessão**

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**  
Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 – "Imobilizado" e "Intangível", a Companhia e suas controladas possuem montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 87% do total dos ativos consolidados. Em 31 de dezembro de 2018, a situação financeira da Companhia e suas controladas, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativas de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia e suas controladas realizaram teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tendo em vista que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

**Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**  
Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia e suas controladas, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais pessimista e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia e suas controladas, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais pessimista. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as projeções realizadas e os testes e provisões realizados para redução ao valor recuperável ("impairments") são razoáveis, estando consistentes com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia e suas controladas, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**  
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia registraram o imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que totalizavam R\$ 1.128.980 mil, consubstanciado com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis dessas controladas.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois na elaboração dessas projeções, a Administração utiliza premissas complexas e subjetivas, como estimativa de crescimento econômico, taxa de juros, inflação, entre outras métricas, que podem afetar de forma significativa a capacidade de geração de base tributável futura, além das próprias premissas e julgamentos por parte da administração que podem não se confirmar.

**Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela Administração para realização de suas projeções. Com o apoio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, discutimos com a Administração das controladas a razoabilidade das premissas significativas utilizadas, de acordo com os orçamentos aprovados pela Administração, incluindo as taxas de desconto, de crescimento de receitas e margens no período projetado e na perpetuidade, comparando os cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com a estimativa de geração de lucro tributário futuro. Foi também avaliado pela nossa equipe de especialistas tributários, se as diferenças temporárias são passíveis de dedutibilidade em consonância com a legislação vigente.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as projeções realizadas e os "impairments" constituídos pelas controladas são razoáveis, estando consistentes com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia e suas controladas, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**  
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e o relatório datado de 19 de março de 2018, continha ênfase sobre investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação "Greenfield", e que envolviam a Companhia, sua controlada e acionistas. Em 13 de março de 2019, conforme a Nota Explicativa nº. 26, subitem (iii) as medidas cautelares que tinham sido impostas foram revogadas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. Ana Cristina Linhares Areosa CT CRC RJ-081.409/O-3 Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

